



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 051

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Dobrandino da Silva</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Cida Borghetti</i>
<i>PT</i> .....	<i>Tadeu Veneri</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Waldir Leite</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

**DIÁRIO Nº 051****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão Ordinária ..... 03****Expediente:03**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 08

**Pequeno Expediente**

Dep. Elio Rusch ..... 14

Dep. Plauto Miró Guimarães ..... 15

Dep. Barbosa Neto ..... 16

Dep. Ângelo Vanhoni ..... 17

Dep. José Domingos Scarpellini ..... 18

Dep. André Vargas ..... 19

**Grande Expediente**

Dep. Ratinho Júnior ..... 21

Dep. Neivo Beraldin ..... 22

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães ..... 15

Liderança do PT:

Dep. André Vargas ..... 20

Liderança do PSB:

Dep. Reni Pereira ..... 25

Liderança do PTB:

Dep. Jocelito Canto ..... 25

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto ..... 26

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni ..... 28

Liderança do PMDB:

Dep. Elza Correia ..... 28

Liderança do Governo:

Dep. Rafael Greca ..... 29

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni ..... 30

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 32

Discussão / Votação ..... 33

Redação Final ..... 33

3ª Discussão ..... 35

2ª Discussão ..... 35

1ª Discussão ..... 41

Discussão Única (Indicação) ..... 43

Requerimentos ..... 44

**Encerramento da Sessão Ordinária ..... 44****DIÁRIO Nº 052****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 44****Presenças ..... 44****Abertura da Sessão Ordinária ..... 44****Ordem do Dia:**

Discussão / Votação ..... 45

Redação Final ..... 45

3ª Discussão ..... 46

**Encerramento da Sessão Ordinária ..... 46****Publicações:**

Atas de Comissões ..... 46

Comissão de Const. e Justiça ..... 46

**051ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE MAIO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pelos Srs. Deputados André Vargas e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão

Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Luiz Accorsi e Miltinho Pupio (04). Achando-se em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Waldir Leite (02).

### ***Abertura da Sessão:***

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Indicação***

INDICAÇÃO Nº 024/2005

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, para que envie mensagem a esta Casa Legislativa, nos seguintes termos:

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar três mil policiais militares para compor o quadro efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Art. 2º As despesas provenientes desta aplicação ocorrerão à conta de dotações próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

Art. 3º Esta indicação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MAURO MORAES

## ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para votação do Projeto de Lei nº 118/2005 (Mensagem nº 10/2005), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para votação do Projeto de Lei nº 92/2005 (Mensagem nº 07/2005), alterando os dispositivos da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência ao Projeto de Lei nº 53/2005 (Mensagem nº 03/2005), que altera a redação do *caput* do artigo 16, da Lei nº 1943, de 23 de maio de 1954, e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para votação do Projeto de Lei nº 224/2005 (Mensagem nº 13/2005), que autoriza o Poder Executivo a doar à COHAPAR, o imóvel situado no Município de Goioerê, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para a votação do Projeto de Lei nº 189/2005 (Mensagem nº 12/2005), dispondo sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2006.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para votação do Projeto de Lei nº 225/2005 (Mensagem nº 14/2005), que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras e Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para a votação do Projeto de Lei nº 171/2005 (Mensagem nº 11/2005), transferindo ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano ou representante por ele indicado, a participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S/A, que era atribuída ao titular da extinta Secretaria de Estado do Governo.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para votação do Projeto de Lei nº 256/2005 (Mensagem nº 17/2005), que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao Município de Foz do Iguaçu, imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para votação do Projeto de Lei nº 263/2005 (Mensagem nº 19/2005), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, urgência para a votação do Projeto de Lei Complementar nº 285/2005 (Mensagem nº 21/2005), incluindo parágrafo ao artigo 272, da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil).

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para a votação do Projeto de Lei nº 284/2005 (Mensagem nº 22/2005), que autoriza o Poder Executivo a proceder a permuta da parte ideal do imóvel de propriedade da FUNDEPAR, por parte ideal do imóvel pertencente à Empresa Hafil Empreendimentos Ltda., com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, urgência para a votação do Projeto de Lei nº 311/2005 (Mensagem nº 23/2005), que autoriza o Poder Executivo a reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na Empresa Ambiental Paraná S/A, e abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 489/2004, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao

Município de Sertanópolis, voto de congratulações pelo seu 71º aniversário, a ser comemorado no dia 06 de junho, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito, Carlos Luiz Oporto Castro e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Nilson Cezar Santos Garcia, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Hilário Nadolny e Nadir Roque da Costa Nadolny, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia a dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Wanderlei de Freitas.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, Romero Jucá Filho, Moção nº 105/2005, de 22 de março passado, de autoria do Vereador Delmar Pimentel e com o apoio do Plenário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, onde reivindica a realização de estudos de viabilidade técnica para a instalação de uma Unidade da Secretaria da Receita Previdenciária.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando dos mesmos a promoção de campanhas contra o tabagismo para o público de 5 a 19 anos.

Dados do Ministério da Saúde mostram que 90% (noventa por cento) dos fumantes ficam dependentes da nicotina entre 5 e 19 anos. Estima-se que haja 2,8 milhões de fumantes nessa faixa etária. (Folha de São Paulo, Cotidiano, 31 de maio de 2005).

Hoje é o Dia Mundial Sem Tabaco e na linha de evitar que pessoas adquiram o vício do tabagismo, solicita-se o combate ao vício nos jovens, haja vista que hoje a propaganda da indústria do tabaco se concentra nos mais jovens.

Segundo matéria publicada no Jornal do Estado do dia 31 de março de 2005, de autoria de Mara Andrich, “pelo menos três milhões de paranaenses fumam, o que representa 30% da população”.

No ano de 2003, pelo menos 12 mil paranaenses morreram com doenças que se desenvolvem por conta do tabagismo.

Para se ter uma idéia do perigo do tabagismo, 98% dos cânceres de pulmão são causados pelo tabaco e outras 50 doenças também são causadas em virtude do cigarro, segundo dados do Ministério da Saúde.

A atuação dos órgãos de saúde junto à população jovem deve ser constante, evitando que essa faixa etária seja levada ao vício.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, e Sandra

Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta na Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A construção de uma quadra de esportes no referido estabelecimento é uma reivindicação de vários anos daquela comunidade escolar, que ao ser efetivada a beneficiará sobremaneira, melhorando assim a qualidade das aulas de educação física, proporcionando condições de desenvolver diversos projetos na área esportiva, valendo salientar que a região é uma das mais quentes do Estado, com temperaturas altíssimas, prejudicando a saúde dos estudantes e professores da área.

**REQUERIMENTO Nº 1629**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Secretário de Estado da Agricultura e do Meio Ambiente, solicitando a construção de um abatedouro municipal no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A construção de um abatedouro municipal é antiga e justa reivindicação daquela comunidade, visando fornecimento de carnes com garantia de que tiveram sua origem em local adequado e em condições sanitárias exigidas pela lei, com procedência e qualidade.

**REQUERIMENTO Nº 1627**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, encaminhando reportagem da Folha de Londrina, publicada em 23.05.2005, conforme segue em anexo, solicitando solução ao problema do Hospital e Maternidade São Jorge de Bela Vista do Paraíso, que se encontra em situação precária.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1631**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com considerações e propostas dos Srs. Ágide Menegette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, João Paulo Koslovski, presi-

dente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e Ademir Müller, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Considerando que a agricultura brasileira passa por um momento de grande dificuldade e preocupação em vista de que o cenário que se vislumbra não é animador para o setor, neste ano, e com reflexos negativos comprometendo o desempenho para os próximos anos, devido a uma série de fatores desfavoráveis, dentre os quais destacamos os seguintes:

1 - aumento superior a 25% nos custos de produção das lavouras brasileiras implantadas na safra 2004/2005, provocado pelo acréscimo nos preços das matérias-primas nacionais e importadas;

2 - forte retração dos preços no mercado internacional da soja, milho, trigo e algodão alcançando 35%, 29%, 25% e 31%, respectivamente;

3 - valorização do real frente ao dólar em cerca de 25%, quando comparado com maio de 2004;

4 - condições climáticas adversas em várias regiões do País, com perdas da ordem de R\$ 10 bilhões, devido à falta de chuvas.

Considerando que o Estado do Paraná já está sentindo os reflexos negativos dessa situação, solicitamos apoio para a efetiva implementação das medidas apresentadas a seguir:

**1. Medidas de apoio aos Agricultores**

**Fatos**

A seca que atingiu a Região Sul do País provocou perdas na agricultura da ordem de R\$ 10 bilhões, com redução da produção de 18,5 milhões de toneladas de grãos. No Paraná, as perdas foram de cerca de R\$ 2,33 milhões e 5,2 milhões de toneladas.

Em razão disso, milhares de agricultores estão com suas atividades inviabilizadas devido à falta de recursos para quitar seus compromissos junto aos agentes financeiros, cooperativas e demais fornecedores, bem como estão impossibilitados de realizarem novos plantios pela falta de recursos e créditos para compra de insumos.

**Propostas**

- Liberação de recursos para prorrogação dos financiamentos obtidos pelos produtores junto às cooperativas e demais fornecedores, originários da aquisição de insumos agrícolas.

- Desconsiderar os débitos prorrogados para efeito de cômputo dos limites de crédito para as cooperativas e produtores junto aos agentes financeiros.

- Mais rapidez na aprovação das operações de pré-custeio da safra 2005/2006.

- Maior agilidade na operacionalização das medidas aprovadas para prorrogação dos débitos de custeio e investimentos.

- Restabelecimento da política de garantia do preço mínimo pelo mecanismo de AGF/EGF.

- Renegociação das dívidas dos produtores e cooperativas (PESA RECOOP e Securitização).

- Permitir a prorrogação automática dos financiamentos de repasse feito pelas cooperativas agropecuárias aos seus associados conforme previsto no MCR 6.2 e MCR 6.4, bem como, a prorrogação dos financiamentos obtidos pelas cooperativas junto aos fornecedores de insumos, em regiões afetadas pela estiagem.

- Agilização dos processos de reconhecimento de estado de emergência em municípios do Estado.

- Agilização na aprovação do recurso advindo do FAT, que se encontra em negociações junto ao Governo Federal.

## **2 - Suplementação Orçamentária - Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

### **Fatos**

O orçamento da União, de 2005, destinou para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para Operações Oficiais de Crédito (OOC) apenas R\$ 527 milhões. Deste total o Ministério da Agricultura já gastou R\$ 442 milhões, restando R\$ 85 milhões. Estimando-se uma receita possível de R\$ 357 milhões, em 2005, com a venda dos estoques atuais de produtos adquiridos pelo Governo, e, ao mesmo tempo uma necessidade adicional de recursos para apoio à comercialização da safra 04/05 no valor de R\$ 1,50 bilhão, teremos um déficit de R\$ 1,00 bilhão. Este déficit deverá ser suprido pelo governo via suplementação orçamentária para evitar reflexos negativos para a economia agrícola, especialmente para os produtores de algodão, arroz, milho e trigo.

### **Propostas**

- Suplementar o orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em, pelo menos, R\$ 1,0 bilhão no ano de 2005. Ainda são necessários mais R\$ 60 bilhões para apoio aos programas de sanidade agropecuária e R\$ 100 milhões para subvenção ao prêmio do seguro rural.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

## **REQUERIMENTO Nº 1607**

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através da TV Paraná Educativa, da Rádio Educativa e das Secretarias de Comunicação Social e da Cultura, a realização, em Curitiba, no Canal da Música, de um Festival Paraná de Bandas.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

### **JUSTIFICATIVA:**

Com o elevado propósito de promover jovens bandas amadoras do Estado do Paraná, e do Brasil todo, incentivar a música com o intuito de apoiar e abrir espaço cultural aos novos talentos musicais da Nação.

Serão sete etapas e uma final, de três horas de duração cada uma, das 18h00 às 21:00, no auditório maior do Canal da Música, em Curitiba, com sete bandas

concorrentes e um show de encerramento de uma banda paranaense já consagrada.

Serão sete sábados, a saber: 9 de julho, 23 de julho, 6 de agosto, 3 de setembro, 17 de setembro, 15 de outubro, 10 de novembro. Final, dia 18 de dezembro.

As sete bandas vencedoras das sete etapas serão editadas num CD "I FPB 2005", participarão de vídeo-clip para TVE Paraná e serão convidadas a participar do elenco do projeto Verão Paraná 2006, do Governo do Estado, nas praias locais. Todas as etapas darão aos participantes - dentro de regulamento a ser definido - troféus em bronze do consagrado escultor paranaense Ricardo Tod.

Justifica-se este pequeno investimento de promoção cultural, pela única razão de "vir a esperança ao mundo em cada nova geração".

Justifica-se ainda, por exemplo, no fato de ser curitibano, da ilustre família do coronel David Carneiro, o vocalista da famosa banda brasileira "Capital Inicial", cantor e guitarrista, Dinho Carneiro Ouro Preto. Dê-se aos moços a chance que Dinho sozinho conquistou.

A Paraná Educativa pode ser um espaço cultural para a Nação pela sua abrangência em 16 milhões de antenas parabólicas no País, sem falar na rede aberta de grande sucesso, e nas transmissões via web em tempo real.

## **REQUERIMENTO Nº 1586**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, informações e cópia do Processo nº 2.077.324-3 sobre o pregão eletrônico para aquisição de plantadeiras ao Instituto Agrônomo do Paraná conforme apresentado no Diário Oficial.

01 - Cópias do processo de licitação da aquisição dos objetos constantes no presente edital.

02 - Quem autorizou a gravação dos depoimentos coletados e publicados no Diário Oficial nº 6981 de 23 de maio do corrente ano?

03 - Com que base legal os depoimentos coletados pela Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado conforme publicado no Diário Oficial nº 6981 de 23 de maio do corrente ano foram autorizados, gravados e divulgados?

04 - Quem autorizou a divulgação das informações no Diário Oficial e no site do Governo do Estado do Paraná?

05 - Análise e cópias dos requerimentos autorizatórios.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes ao Sr. Luiz Carlos Delazari, Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado do Paraná, Rua Comendador Araújo, 711, Bairro Batel, CEP 80420-000, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

# REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, Dr. Luiz Carlos Delazari, prestar as seguintes informações:

1. de que forma foi feita a interceptação/gravação da conversa transcrita na página 03 do Diário Oficial do Estado de 23/05/2005, referente ao Processo 2077324/2005 da Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado?
2. A interlocução que resultou nos diálogos transcritos foram frente a frente ou telefônicos?
3. Qual a autoridade responsável pela determinação e autorização da providência?
4. Quem representou a Corregedoria e Ouvidoria Geral nos diálogos gravados e transcritos? No entendimento dessa Corregedoria e Ouvidoria Geral houve indução no diálogo?
5. Por ocasião do contato telefônico o interlocutor foi informado de que sua conversa estava sendo gravada? Em caso positivo, houve consentimento?
6. Por que os diálogos foram transcritos no parecer da Corregedoria e Ouvidoria Geral?
7. Houve algum pedido judicial para interceptação/gravação dos diálogos?
8. Por que a interceptação da conversa telefônica não foi objeto de autos apartados conforme determina legislação específica?
9. No entendimento dessa Corregedoria e Ouvidoria Geral a interceptação/gravação e divulgação dos diálogos em questão ofendem a Constituição Federal?

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

# REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Augusto Stelfeld - Centro, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo, a partir das 22h00 até o amanhecer do dia, nos finais de semana, entre as Ruas Ermelino de Leão e Visconde de Nacar.

Há muito consumo de drogas no local, o que tem deixado os moradores muito apreensivos.

A presença dos policiais certamente inibirá os usuários e proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 328/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Programa de Preservação do Patrimônio Público e Particular, objetivando a preservação destes imóveis e a punição aos pichadores e depredadores.

Art. 2º As pessoas que forem surpreendidas pichando ou depredando imóveis do patrimônio histórico, monumentos, bancos de praça, viadutos, casas, prédios, muros e outros bens públicos ou particulares, sem autorização do proprietário, ficarão sujeitas à multa de 3 (três) salários-mínimos, mais indenização das despesas e custas de restauração.

§ 1º Se o infrator for menor de 18 (dezoito) anos, a responsabilidade pelo pagamento da multa e da indenização das despesas e custas de restauração previstas no artigo 2º, caberá aos pais ou responsáveis legais do menor.

§ 2º Se o infrator for maior de 18 (dezoito) anos, além das penalidades impostas no artigo 2º desta lei, fica impedido de participar em concurso público estadual pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da data da infração.

Art. 3º O montante obtido com a cobrança das multas citadas no artigo 2º, será revertido para um fundo estadual, gerenciado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

I - O fundo será administrado pelo Conselho de Preservação de Bens Públicos e Particulares, presidido pelo Secretário do Meio Ambiente e ficando assegurada a participação de representantes da comunidade.

II - Parte dos valores recebidos das multas poderão ser revertidos para pagamento de recompensa a quem fornecer informações dos infratores, assegurando sigilo de identidade dos denunciante.

Art. 4º As despesas com a presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, tendo como fonte de custeio o fundo estadual criado com a cobrança das multas.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, cabendo ao Secretário Estadual do Meio Ambiente dispor das medidas necessárias à implantação inicial do Conselho de Preservação de Bens Públicos e Particulares.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei objetiva coibir a ação de vândalos pichadores que deterioram e enfeiam nossas cidades. O Estado tem o dever de criar mecanismos que defendam a população da ação dos pichadores, criando sanções com o objetivo de punir esse mal comportamento. Hoje, este assunto já é considerado de segurança pública e, com o aumento da criminalidade, esta lei pretende criar um programa específico que deverá, na sua regulamentação, arregimentar pessoas da sociedade e do governo, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e seus órgãos de fiscalização, com o objetivo de implementar ações destinadas à efetivação e o cumprimento da presente lei.

Certo de que a medida proposta merecerá desta Casa o necessário apoio, conto com a aquiescência dos nobres colegas.

**PROJETO DE LEI Nº 329/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O exercício das atividades das empresas de asseio e conservação obedecerá ao disposto nesta lei, ao seu regulamento e às demais normas relativas à matéria.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por empresa de asseio e conservação a firma individual ou coletiva, legalmente registrada e especializada na prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção e conservação em geral, mediante fornecimento ou não de material, equipamentos e tecnologia nessa área.

Art. 3º As empresas de asseio e conservação poderão prestar serviços a pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, obedecidas as normas legais respectivas e relativas aos procedimentos licitatórios, quando for o caso.

Art. 4º O funcionamento das empresas de que trata esta lei dependerá de assento prévio junto à Secretaria de Estado da Administração.

Art. 5º A contratação de pessoas pelas empresas de asseio e conservação será regida pela Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis aos trabalhadores urbanos.

Art. 6º As empresas de asseio e conservação terão os seus documentos constitutivos e respectivas alterações arquivados no órgão do registro do comércio.

Parágrafo Único. O pedido de registro de funcionamento da empresa será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento assinado pelo representante legal da empresa;

II - prova de constituição da firma, mediante o competente registro na Junta Comercial em que tenha sede;

III - comprovação do capital social mínimo necessário para sua constituição;

IV - prova de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde se localiza a sede da empresa;

V - prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

VI - prova de possuir alvará de funcionamento.

Parágrafo Único. Será indeferido o pedido de registro que não estiver acompanhado de todos os documentos exigidos neste artigo.

Art. 7º A mudança da sede ou a abertura de filial, agência ou escritório deverá ser previamente comunicada aos órgãos competentes, acompanhado de justificativa.

Art. 8º As empresas de asseio e conservação deverão fornecer, mensalmente, aos seus tomadores de serviços, comprovante de regularidade de situação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e à Fazenda Pública.

Art. 9º O registro nos conselhos profissionais será obrigatório quando ocorrer o efetivo exercício de atividades que exijam responsabilidade técnica de profissionais na respectiva área.

Art. 10. Nas propostas para participação em licitações públicas ou cotação de preços promovida por particulares, a empresa de asseio e conservação deverá, obrigatoriamente, apresentar cópia das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias relativas aos últimos três meses imediatamente anteriores e planilha de custos.

Parágrafo Único. São componentes obrigatórios da planilha de custo: o valor dos salários previstos nos instrumentos coletivos ou contratos individuais de trabalho; encargos trabalhistas e sociais; contribuições incidentes em folha de pagamento; exigências previstas em convenção ou acordo coletivo de trabalho; seguros previstos nesta lei; todas as espécies de tributos devidos.

Art. 11. Fica instituído o seguro-garantia aos empregados de que trata esta lei, com o objetivo de assegurar o recebimento dos direitos trabalhistas, no caso da ocorrência de qualquer anormalidade que possam impedir o regular pagamento daquelas obrigações por parte das empresas.

Art. 12. As empresas de asseio e conservação em funcionamento na data da publicação desta lei terão o prazo de cento e vinte dias da data da publicação de seu regulamento para se adequarem ao disposto na legislação.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da publicação da presente lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regulamentar a atuação das empresas de asseio e conservação, atribuindo ao Estado um controle mais rígido sobre as atividades por elas desenvolvidas. Trata-se de uma regulamentação mínima para o funcionamento de tais empresas, e dar à sociedade a possibilidade de utilizar tais serviços com segurança e qualidade.

A proposta é pertinente sobretudo por estar disciplinando determinadas demandas específicas do segmento de serviços terceirizáveis, e que se reveste do mais alto interesse e importância.

Essa iniciativa vem instituir regras claras para o exercício de um ramo de atividades que tem apresentado constante crescimento nos últimos tempos, estimulando o aparecimento de empresas desqualificadas e oportunistas, que, aproveitando-se da ausência de uma legislação pertinente, vêm-se lançando no mercado de maneira irresponsável, causando prejuízos de toda natureza, em razão das irregularidades cometidas na prestação desses serviços.

O projeto, ao obrigar as empresas do ramo a se inscreverem na Secretaria de Estado da Administração e Comércio e na Junta Comercial, atende ao interesse público, pois inibirá substancialmente a atuação de empresas desqualificadas no mercado. O amplo crescimento desse setor na economia mineira vem dando ensejo à proliferação de empresas “de fachada”, que, via de regra, lesam sobremaneira os interesses de pessoas e do próprio Estado. Os benefícios que a proposição poderá trazer, portanto, são evidentes: ao propiciar ao Estado maior fiscalização sobre as empresas de asseio e conservação, estará assegurando aos consumidores maior garantia na contratação dessas empresas e coibindo a evasão fiscal.

Em face dessa enorme gama de empresas que exploram as atividades de asseio e conservação, é que, freqüentemente, deparamo-nos com notícias de irregularidades na prestação desses serviços.

Como já foi ressaltado, o objetivo da proposição é exatamente instituir regras para o exercício dessa atividade, a fim de proteger os interesses dos consumidores desses serviços.

A matéria de que trata a proposição é de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, nos termos do artigo 24, V, da Constituição da República.

Cabe ressaltar que, em face da inexistência de legislação federal sobre o tema, o Estado tem a prerrogativa de exercer competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades, consoante o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo da Carta Magna.

Por ser de relevante interesse social, portanto, invoca o apoio dos nobres Parlamentares à aprovação do presente.

#### PROJETO DE LEI Nº 330/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as empresas de informações reservadas ou confidenciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal nº 3.099 de 24/02/1957 e o Decreto nº 50.532 de 05/1961, bem como os escritórios de detetives particulares autônomos e as entidades que ministram cursos de formação e treinamento desses profissionais, obrigados a se cadastrarem perante o Poder Público, com a finalidade de assegurar ao consumidor e à Administração as informações básicas que demonstrem a regularidade e idoneidade dos serviços prestados.

§ 1º O cadastro de que trata o *caput* conterá as seguintes informações e respectivos comprovantes:

1 - registro da prestadora de serviços ou profissional autônomo, respectivamente, na Junta Comercial do Estado do Paraná e no Cadastro de Contribuinte da Prefeitura do Município onde se estabelecerem; oficial Superior Supremo Federativo Representativo da categoria Profissional no País - CFD, e do recolhimento da contribuição no ano em exercício;

2 - registro de órgãos de classe reconhecido pelo Governo Federal, apresentando, inclusive, cópia da respectiva carteira profissional;

3 - inscrição estadual, perante a Secretaria da Fazenda, na hipótese da empresa registrada na Junta Comercial;

4 - cópias do Contrato Social da empresa e das cédulas de identidade (RG) e cartões de identificação de contribuinte (CIC) dos sócios ou do profissional autônomo;

5 - cópia do comprovante do cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa;

6 - Certidão dos Distribuidores Criminal e das Execuções Penais, em nome dos sócios ou do profissional autônomo interessados, expedidas pelo Fórum da Comarca onde se estabeleceram;

7 - inexistência de multas ou débitos tributários estaduais e previdenciários, incidentes sobre suas atividades;

§ 2º As informações cadastrais, geridas conforme a regulamentação anterior desta lei, poderão ser consultadas sob ordem judicial.

§ 3º A simples consulta acerca da condição do profissional ou empresa regularmente cadastrados independentemente de ordem judicial e poderá ser formulada por

qualquer cidadão interessado, que se identifique para aquele fim.

Art. 2º A desobediência ao disposto no artigo 1º, por parte das empresas ou profissionais autônomos, ensejará a autuação destes e a consequente aplicação de multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), equivalentes a 10 salários-mínimos.

Parágrafo Único. Na hipótese de reincidência a multa será aplicada em dobro e o estabelecimento ou escritório particular serão lacrados, na forma de anterior regulamentação desta lei.

Art. 3º As pessoas físicas e jurídicas de que trata esta lei, deverão afixar em seus estabelecimentos, de modo visível ao público, o comprovante de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A propositura em pauta, reporta-se a um tema de grande importância pelo fato de que a atuação dos profissionais que prestam serviços de investigação particular, além das entidades que ministram cursos de treinamento, formação e habilitação nessa área, vêm atuando, conforme levantamentos, de maneira desordenada no Estado do Paraná, o que vem causando à população em geral, que fazem uso desses serviços, sérios transtornos e prejuízos morais e financeiros.

Diante disso, objetivamos, com este projeto de lei, tornar mais clara a lei que disciplina de forma genérica a expedição de licença para instalação, localização e funcionamento de escritórios de detetives e Agências de Investigações Sigilosas e Confidenciais ou Particulares, bem como a de pessoas físicas ou jurídicas que ministram curso de treinamento, formação e habilitação de profissionais nessa área.

Por outro lado, compete ao Poder Público Estadual, zelar pelos interesses da população objetivando garantir-lhe o bem-estar e a segurança na contratação de serviços profissionais de detetives, autorizando a licença para instalação e funcionamento, assim como revogá-las, estabelecer e impor penalidades por infrações às leis e regulamentos, cabendo-lhe inclusive, suplementar a Legislação Federal e Constitucional, nos termos da Lei Orgânica.

Tais normas estabelecidas nesse projeto de lei, constitui um reclamo dos profissionais e autônomos da área, que com crescente preocupação, vêm a proliferação de agentes desqualificados ou descompromissados com padrões éticos que devem reger a sua categoria.

PROJETO DE LEI Nº 331/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes de Araucária - ADE-FAR, com sede e foro no Município de Araucária, Estado do Paraná e com CNPJ 06.172.267/0001-42.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida legalmente em 15-03-2004 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo a assistência social e a promoção de atividades ligadas aos deficientes físicos locais.

A entidade atende os requisitos legais para receber tal declaração, uma vez que apresentou a documentação necessária, que se encontra em anexo.

Espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 332/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente, Cultural e Assistencial Frei Miguel, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná e com CNPJ 02.003.302/0001-49.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida legalmente em 15-07-1997 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo a assistência social e a promoção de atividades ligadas aos deficientes físicos locais.

A entidade atende os requisitos legais para receber tal declaração, uma vez que apresentou a documentação necessária, que se encontra em anexo.

Espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 333/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Agrícola Produtiva Barreiro - AAPB, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná e com CNPJ 03.596.907/0001-53.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida legalmente em 07-12-1999 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo a assistência social e a promoção de atividades ligadas aos deficientes físicos locais.

A entidade atende os requisitos legais para receber tal declaração, uma vez que apresentou a documentação necessária, que se encontra em anexo.

Espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 334/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto - AMAJP com sede e foro no Município de Marialva, Estado do Paraná e com CNPJ 00.093.552/0001-91.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida legalmente em 16-06-1994 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo a assistência social e a promoção de atividades ligadas aos deficientes físicos locais.

A entidade atende os requisitos legais para receber tal declaração, uma vez que apresentou a documentação necessária, que se encontra em anexo.

Espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 335/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica substituído em todos os registros, documentos e na denominação pelo Setor de Educação Pública dos Municípios e do Estado do Paraná, o termo “Aluno” por “Educando”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo, substituir o termo “aluno” por “educando”, em todos os registros, documentos e na sua denominação pelo Setor de Educação Pública dos Municípios e do Estado do Paraná.

O termo “aluno” ingressou na língua portuguesa no ano de 1572, conforme fontes de datação e etimologia = A. G. Cunha, Índice Analítico do Vocabulário de “Os Lusíadas”, 1572, 1ª edição, 3 volume, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

O conceito de “aluno” é a “pessoa de parco saber em determinada matéria, ciência ou arte e que precisa de orientação e ensino” - conforme Dicionário = Houaiss, Antônio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 173.

A palavra “*alumnus*”, *que vem do latim, significa “sem luz”, o que torna o uso contínuo do Termo “aluno”, pejorativo e depreciativo não só pelos professores da área educacional, mas também, pelos “educandos” paranaenses.*

Já o conceito latinizado de “*alumnus*”, *significa “criança de peito”, conforme fontes de datação e etimologia do = Dicionário Escolar Latim-Portugal. Org. Ernesto Faria. 2ª ed. Manual da Educação e Cultura:*

O uso do termo “aluno” não reflete, nos dias de hoje, o que realmente pretende expressar, pois pessoas que estudam em cursos de graduação e pós-graduação, já não são mais consideradas alunos, mas sim universitárias, o que enfraquece ainda mais o seu uso no meio acadêmico.

Ainda nos dias de hoje, o uso da palavra “aluno”, passa a conotação social que apenas engloba crianças e no máximo os jovens que estudam até o segundo grau.

Já o termo “educando” originou-se do latim = *educandus*, e que seu conceito é “aquele que está sendo educado”, conforme o Dicionário = Houaiss, Antônio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.1101.

A palavra “educando” ingressou na língua portuguesa muito depois do “aluno”, somente no ano de 1813, conforme fontes de datação e etimologia = RB = Rafael Bluteau, Vocabulário Português e Latino, 8 vol., Coimbra, 1712.

O Dr. Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros com reconhecimento internacional de seus trabalhos educacionais, é o precursor em utilizar o termo “educando” e não “aluno”, conforme documentação complementar em anexo.

A mudança ora pretendida, veio como clamor de pais, “educandos” municipais e estaduais, professores municipais e estaduais, bem como os órgãos de classes dos pais e professores deste Estado.

Atualmente, em todas as áreas educacionais deste País, já é utilizado pela maioria esmagadora dos professores municipais e estaduais, o “educando” em vez de “aluno”.

São esses os motivos de ordem histórica, social, cultural e educacional, que se pleteia a substituição do termo “aluno” por “educando”.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo”

#### PROJETO DE LEI Nº 336/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção aos portadores de deficiência especial de baixa renda, para a compra de aparelhos que propiciem melhor adequação ao convívio social e melhor qualidade de vida.

Parágrafo Único. A subvenção de que trata esta lei não ultrapassará a quantia equivalente a 1.000 UFIRs/PR.

Art. 2º A concessão condicionar-se-á à comprovação de necessidade do uso de aparelho, mediante parecer médico especializado.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei serão consignadas em dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das dificuldades dos deficientes especiais do nosso Estado refere-se à aquisição de equipamentos que os auxiliem ao desenvolvimento de suas atividades diárias.

Principalmente, o deficiente de baixa renda não tem encontrado alternativas para essa aquisição, o que

tem dificultado o seu convívio na sociedade, inclusive com relação às suas atividades profissionais.

Desta forma propomos o presente projeto, estabelecendo que o Poder Público conceda subvenção objetivando suprir tais necessidades, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dessa significativa parcela da população.

Sugerimos, ainda, a regulamentação da matéria, pelo Poder Executivo, normatizando critérios à sua execução.

#### PROJETO DE LEI Nº 337/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescentada a letra “z” ao inciso II do artigo 14, da Lei 11.580, de 14 novembro de 1996, com a seguinte redação:

z) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias; retroescavadeiras (8429.5900), carregadeiras (8429.5190 - 8429.5199), motoniveladoras (8429.2090), empilhadeiras (8427.2090, 8427.2010 e 8427.1019), escavadeira hidráulica (8429.5290), trator de esteira (8429.1190) e rolo compactador (8429.4000).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de reduzir a alíquota de ICMS na comercialização de máquinas e equipamentos de terraplanagem e movimentação de cartas, para 12%, o que resultará em benefício da própria arrecadação estadual.

A redução da alíquota no Estado do Paraná para o mesmo patamar adotado pela legislação de São Paulo e Rio Grande do Sul centralizará a vendas para os demais estados sulinos no Estado do Paraná com a conseqüente arrecadação de ICMS sobre a diferença entre o preço de compra e o de revenda.

Vale ressaltar que a legislação do ICMS do Paraná já tributa os veículos automotores, inclusive automóveis e motocicletas, microtratores e implementos agrícolas pela alíquota de 12% (doze por cento).

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 338/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Guarapuavana de Apoio ao Toxicô-

mano e Alcoólatra, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Guarapuavana de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra, com sede e foro no Município de Guarapuava, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo de desenvolver ações que concorram para o atendimento ao grande número de pessoas dependentes dos tóxicos e álcool e suas famílias, que se encontram desestruturadas por causa desse grave problema que assola na nossa sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o espaço do Pequeno Expediente da Sessão de hoje para discorrer sobre um fato que se registra no Oeste do Paraná, mais precisamente no município de Matelândia. Trata-se da invasão de uma fazenda chamada Fazenda Boito invadida pelo MST, desde agosto do ano passado.

Logo após a invasão, o seu proprietário entrou com um pedido de reintegração de posse; o que obteve da Justiça e o Governo do Estado, infelizmente, não cumpriu. São inúmeras as denúncias que temos recebido daquela região e de outras fazendas.

Eu me dei ao capricho, na manhã de hoje, de ligar para o proprietário da fazenda, Nilton Boito e, antes de falar com ele, eu falei com sua esposa Dona Lurdes.

Para minha tristeza, Deputado Rossoni, que é líder da Oposição, Deputado Dobrandino, que é líder do Governo, não conseguiu falar com a Sra. Lurdes porque quando a cumprimentei, identifiquei-me e perguntei se todos os fatos narrados eram verdadeiros. Ela, aos prantos, disse que não tinha mais a quem recorrer. Já procurou a Secretaria da Segurança do Estado do Paraná e prometeram que fariam a reintegração e não fizeram.

O mais triste, senhores, é que o Sr. Nilton Boito tem gado naquela fazenda, que precisa ser vacinado, mas está proibido de lá entrar, e ontem, à tarde ele e seu filho tentaram, entrar na sua propriedade, mais uma vez, e foram corridos. Os sem-terra avançaram sobre eles com facão, machado, foice, e eles tiveram que escapar. Aí eu

pergunto, Srs. Deputados: que país é este? Onde é que estamos? Cadê o direito de propriedade?

Não se confunda direito de propriedade com direito à propriedade. A coisa mais sagrada que a pessoa pode ter é a garantia do seu bem, da sua propriedade. Agora, um proprietário da fazenda, da terra, ser proibido pelo movimento de entrar na sua propriedade e vacinar seu gado! O que o Estado faz? O que o Secretário da Segurança Pública está fazendo?

Faço aqui um apelo ao Líder do Governo e aos Deputados. Tenho certeza que, como o Canal 21 está transmitindo as Sessões, alguém no Palácio Iguaçu ou na própria Secretaria da Segurança Pública está nos assistindo. Dessa forma, eu peço: por favor, cumpram essa reintegração!

Dêem o direito ao Sr. Nilton de trabalhar na sua propriedade! Dêem o direito do Sr. Nilton de vacinar o seu gado! Devolvam-lhe a paz, a tranquilidade!

E que o MST faz? Não respeita nada!

Até foram bem agressivos com o Sr. Nilton! Sabe o que um dos líderes do movimento disse, Deputado Dobrandino? O proprietário foi lá faz um acerto para o movimento sair da fazenda. Ele disse: “Não, nós só vamos sair com a política! Sabe por quê? Porque a polícia, quando vem para cá, a televisão e a imprensa vêm junto! Isso dá mídia para nós.”

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Permite-me um aparte?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu permitiria, mas infelizmente estou no Pequeno Expediente, Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não pode. O Regimento não permite. Peço a compreensão dos senhores.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Peço desculpas ao Deputado Dobrandino, pois infelizmente não posso ceder aparte.

Mas, dizer então, aonde é que nos chegamos, se o próprio movimento, um dos líderes lá da invasão diz: Nós saímos, sim, desde que a polícia venha! Aonde nós chegamos? É lamentável que chegamos neste ponto. Faz-se necessário que o Governo Federal junto com o Governo Estadual resolvam essa questão, porque nós estamos num clima crítico, sério. Prometeu-se na campanha que assentariam, que distribuiriam terras; não distribuíram. Está aqui o caos instalado no nosso País.

É lamentável que tenhamos que fazer esse registro.

Obrigado, Srs. Deputados, obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)**

Esta Presidência quer registrar a presença da Prefeita de Jacarezinho, Tina Tonetti.

Segundo orador inscrito, Deputado Plauto Miró.

## ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, Deputado Valdir Rossoni, na escolinha do professor Requião ele se voltou no seu pronunciamento contra a nossa pessoa pela forma como temos nos conduzido na questão que diz respeito à criação das Unidades de Conservação nos Campos Gerais, nos atacou diretamente, de uma forma tal que nos colocou dentro de toda essa discussão, numa situação que me sinto na obrigação de, neste momento, vir à tribuna para questionar algumas coisas que o Governador Roberto Requião lá falou.

A realidade é uma. O Governador, como muitos deputados estaduais e também federais, estão recebendo informações não verdadeiras do Ministério do Meio Ambiente, com relação ao número de propriedades que serão prejudicadas. O número de proprietários que perderão o seu meio de ganhar o pão.

Temos, na criação desses parques na região dos Campos Gerais, mais de duzentos proprietários, pequenos proprietários rurais que da sua pequena propriedade tiram o seu sustento e da sua família. E nós vemos a grande mídia nacional sendo com certeza financiada pelo Governo Federal e também pelo Governo do Estado do Paraná, numa ação para tentar fazer com que a opinião pública como um todo possa se voltar contra aqueles que estão levantando a vez em defesa dos que vão ser prejudicados. Temos claramente feito movimentos, Deputado André Vargas, Presidente do PT, movimento lá nos locais onde as famílias moram e vivem em suas propriedades.

Neste final de semana, em Itaiacoca, no Município de Ponta Grossa, aconteceu uma grande concentração de proprietários, pequenos proprietários rurais. Um grande número de proprietários rurais, de empresários e proprietários lá esteve. Sabem o que eles pedem ao Governo Federal e também ao Governador Roberto Requião? Para que se abra a discussão, Deputado Dobrandino! Eles querem sentar em uma mesa, olho no olho, para que se possa mostrar a realidade do que acontece na região do Itaiacoca, do Imbituva e também na região de Teixeira Soares, porque, da forma como estão fazendo, veremos muito em breve mais pessoas desempregadas, engrossando o Movimento Sem-Terra, no Estado porque a realidade é outra.

Ninguém sabe qual é o valor a ser pago ao proprietários, pela sua propriedade. Qual será a moeda? Será em dinheiro? Será em título do Governo federal, para vencer no decorrer de vinte anos, como acontece o título da reforma agrária, no momento em que o Governo Federal desapropria uma propriedade dentro do nosso Brasil? Está todo mundo sem saber exatamente o que está acontecendo e estão pedindo o diálogo! O Governador não ajuda a região dos Campos Gerais e tenho certeza que a

região de Palmas também, porque, se ele se comportasse como o Governador de Santa Catarina, no momento em que o Governo Federal anunciou neste Estado a criação de unidades de conservação, o Governador Luiz Henrique, do também PMDB, tomou uma posição e pediu ao Presidente da República, à Ministra do Meio Ambiente, que segurasse a assinatura do decreto de criação dessas unidades e voltassem a discutir as suas delimitações. É isso que os proprietários pedem.

Querem conversar, porque a delimitação, a demarcação do parque, como está sendo feita, vai deixar dentro dessas áreas, produtivas, que são utilizadas para produzir o arroz, o feijão, soja e outras tantas culturas, como também para a pecuária, a suinocultura e a avicultura. Uma injustiça está sendo cometida.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Horário da Liderança.

## ***Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PFL***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário da Liderança do seu partido PFL.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Vejo os governantes atuais, tanto o Presidente da República, como o nosso Governador do Estado defendem os movimentos sociais, protegendo os pequenos. Só que lá eles estão cometendo uma grande injustiça com os pequenos e com as pessoas que trabalham nessas propriedades e também nas mineradoras que existem dentro das delimitações desse parque, Deputado Rossoni, que lá na região de Ponta Grossa exploram talco há mais de cinquenta anos e agora, vão perder as suas minas, porque estarão dentro das delimitações do parque!

Quero aproveitar também para contar e comunicar a todos os nossos amigos, Deputados e companheiros, que no dia de ontem, segunda-feira, o Governador tinha encaminhando ao Tribunal Regional Eleitoral um pedido de resposta, em cima daquilo que o Partido da Frente Liberal divulgou no horário eleitoral gratuito, neste primeiro semestre de 2005.

O que se colocou e o Governador questionou?

O Deputado Durval Amaral do PFL e a nossa pessoa questionamos o Governador com relação à sua promessa de campanha, que acabou, na minha maneira de ver, se tornando um grande estelionato eleitoral, no momento em que ele dizia, em campanha, que ele iria baixar ou acabar com o pedágio do Paraná no primeiro dia do seu governo. Estamos entrando no seu terceiro ano, faltando um pouco mais de um ano de mandato para o Governador Requião. O que aconteceu? Nada! Até

agora não vimos o preço baixar! Eu moro em Ponta Grossa e nas estradas que cortam Ponta Grossa, todo ano, o valor do pedágio sobe! Aquele discurso do passado, para mim, foi um verdadeiro estelionato eleitoral, uma mentira que ele ali colocou e não cumpriu!

E ele questionou, porque no horário eleitoral gratuito o Deputado Durval Amaral e também nós questionamos justamente isso: Governador, o pedágio não baixou e não acabou! Lá na campanha eleitoral em suas rodovias e agora o senhor tem a caneta de Governador, ganhou a eleição em cima desse discurso e daí o que aconteceu?

Nada!

E o Governador Requião entrou contra o PFL, no Tribunal Regional Eleitoral, pedindo um direito de resposta no horário do PFL! E sabem o que aconteceu?

Ele tomou mais uma surra na Justiça! Perdeu por unanimidade, onde a Justiça confirmou tudo aquilo que o Deputado Durval falou e o que nós falamos! E isso é o resultado que nós falamos a verdade e o pinóquio, Governador do Estado do Paraná, mais uma vez está com a mentira!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A imprensa divulga que o Secretário da Segurança Pública causou mais um *strike* em Londrina: demitiu agora o Comandante do Pelotão de Choque, Tenente Paulo Roberto Siloto. Há cerca de doze dias ele defenestrou, por uma declaração infeliz, o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, Tenente-Coronel Manoel da Cruz Neto.

Não vou aqui emitir juízo de valor, já que essa questão de aceitar ou não é uma decisão de prerrogativa do Secretário e, é claro, deve ter aqui a bênção do Sr. Governador do Estado. Não aceito, mas é um fato. Só que o fato mais grave é que Londrina está, há exatos doze dias, sem o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar e agora Londrina está também sem o Comandante do Pelotão de Choque da Cidade de Londrina! Ou seja, estamos acéfalos no Comando da Polícia Militar e quando os gatos estão ausentes, os ratos fazem a festa!

E como se isso não bastasse, Londrina perdeu 22 Policiais Militares que foram afastados, de uma só canetada, das suas funções. E nós estamos com apenas metade da frota das viaturas rodando e dando segurança em nossa cidade. E o que acontece?

Aumentam crimes que nunca ocorreram na Cidade de Londrina! Arrastões, assaltos à mão armada, então, nem se fala! Agora, seqüestros-relâmpagos e principalmente extorsão mediante ameaça sendo feita de orelhões

dos bairros periféricos da cidade, para retirar dinheiro de pessoas humildes! Não vou nem contar os arrastões de assaltos que estão sendo feitos: nesta noite levaram sete reais em um assalto à mão armada de uma padaria no Jardim Pacaembu, na zona norte de Londrina; vinte reais da Nilce Presentes, do Jardim Ideal!

Pasmem, senhoras e senhores! Isso até pode parecer distante para a maioria daqueles que vivem nesta Capital, mas estou falando da segunda cidade mais importante do Estado do Paraná! Isso é um sinal de desprestígio! Onde está o Comandante que vai assumir o cargo do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina?

Nunca isso aconteceu em nossa cidade: doze dias sem o comando da Polícia Militar! Nós achamos que o Secretário Delazari não deve gostar da Polícia Militar, talvez até pelo fato de a Polícia Militar ter prendido o irmão dele, que tentava entrar na prisão do Ahu com quinze gramas de cocaína! Agora, nunca vi um companheiro tão leal assim, porque o Governador não demite esse Secretário que traz um desgaste muito grande à sua imagem. Meu Deus do céu, por que não tirar logo de uma vez esse “Menino Maluquinho”, esse “Roberto Carlos”? Não sei o termo até que temos que nos referir!

Governador, definitivamente, por favor, a polícia, a justiça, nós pedimos, aqui, em nome da segurança pública do Paraná, deixe esse rapaz longe de Londrina, porque toda vez que vai lá, causa um estrago! Por que não foi, quando convocado pela Câmara Municipal, por diversas vezes convidado para fazer uma audiência pública? Bateu boca aqui com este Deputado prometendo que instalaria uma Subsecretaria da Segurança Pública em Londrina, que a cada quinze dias estaria em nossa cidade, e nada! Pedimos a força-tarefa. Foi para Curitiba, porque roubaram a bolsa da mulher do Governador, ali na Vila das Torres. Foi para Foz do Iguaçu, talvez até pelo fato de o Líder do Governo ser lá de Foz do Iguaçu, e nós entendemos que a preocupação com a segurança é muito grande na região da fronteira.

Mas, e em Londrina, onde já mataram setenta pessoas? Eu nunca vi um Governador gostar tanto assim, aliás, nem o órgão dele, que é o Ministério Público, está fazendo questão de ficar com ele, porque já o liberou. Nem mesmo o Ministério Público quis ficar com o Secretário Delazari, já que o liberou para que ele fique fazendo as suas funções no Governo do Estado!

Eu digo mais uma vez aqui, não querendo ser o arauto do caos, mas eu anuncio que já fez na semana passada a demissão do comando da Polícia Militar, em Londrina. Precisa ter, acima de tudo, um suporte junto à sociedade e junto com a própria corporação, já que existe, Deputado André Vargas, uma operação-tartaruga sendo realizada pelos policiais militares que não aceitam a demissão do Tenente-Coronel Manoel da Cruz Neto. E agora mais grave ainda, vão ficar insatisfeitos com a demissão do Tenente Siloto, do Pelotão de Choque.

Já estamos com esses assaltos, a violência crescendo e agora essa operação-tartaruga: quarenta minutos

estão demorando os policiais militares para fazer essas atuações!

Além da falta de viaturas, além da falta de comando, falta o que é mais essencial para se exercer qualquer tipo de atividade que é a vontade. Isso, lamentavelmente, está ocorrendo no comando da Polícia Militar em nossa cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

## ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem em Brasília - um dia importante para todos nós, o Ministério da Educação, através do Ministro Tarso Genro, publicou a segunda versão do texto que está sendo discutido em todo o Brasil sobre a reforma da universidade no território nacional, com a contribuição das entidades ligadas ao corpo docente das universidades públicas federais de todo o País, representantes das universidades estaduais, representantes dos trabalhadores, dos técnicos na área da educação, representantes dos estudantes; a UNE, a UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, o Conselho de Reitores de todas as universidades do País participam desde o primeiro momento, no começo do ano, desse processo de discussão. Poderíamos arriscar a dizer que na história da República brasileira em poucos períodos nós assistimos uma participação tão intensa da comunidade, da maior parte da população envolvida na discussão de uma reforma que diz respeito ao conjunto da sociedade brasileira, como é essa que está sendo discutida, a reforma da educação e sobretudo, do ensino superior.

Ontem estive presente e é importante que se destaque que para o Ministério da Educação - que tem a sua atribuição constitucional, do ponto de vista do fomento, da indução e da valorização do ensino superior no nosso País, porque todos sabemos que o ensino fundamental e o médio são de responsabilidade sobretudo dos governos municipais e dos governos estaduais - não está tratando a reforma da educação como um fato isolado, isto é, apenas o ensino superior; está sendo previsto o envio de uma mensagem de uma mudança constitucional para o Congresso Nacional agora no início do mês de agosto, que muda a lei que trata do fundo de financiamento apenas do ensino fundamental, modificando este fundo para o FUNDEF, isto é, o fundo que também vai valorizar e vai financiar o ensino fundamental e o ensino médio no Brasil.

A previsão do aporte de recursos, caso essa lei seja aprovada no Congresso Nacional no segundo semestre, da modificação do ensino básico, fundamental e médio, a previsão do aporte de recursos da União que está escalonado nos próximos quatro anos, então seria

2006/2007/2008 e 2009, as modificações seriam na seguinte ordem: hoje o Governo Federal gasta com os repasses para o FUNDEF na ordem de setecentos a oitocentos milhões de reais. A previsão com o o FUNDEF é de que já no início do próximo ano, se for aprovado o aporte de recursos para o ensino médio, para o ensino fundamental, para o ensino à distância e para o ensino profissionalizante no Brasil, chegue perto de um bilhão, 580 milhões de reais, isto é, perto de quatro milhões de reais a mais das receitas orçamentárias do nosso País estarão disponíveis para os municípios e para os governos estaduais para qualificar e melhorar a educação do ensino médio e do ensino fundamental no território nacional.

Mas, o que é mais importante nesse processo é que a reforma universitária está ligada a esse processo mais amplo da reforma do ensino, da educação no território nacional.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, apenas 9% dos jovens brasileiros em idade de 18 a 24 anos de idade - isto é, quando o jovem entra no período de ter uma educação de nível superior - estão nas universidades, nas escolas de ensino superior em território nacional.

Isto demonstra que em nosso País há uma estrutura que não dá acesso, que não permite que a maior parte do nossos jovens possa se qualificar, do ponto de vista de obter uma profissão e de se inserir no processo de construção de uma sociedade mais justa, fraterna e ao mesmo tempo, se qualificar do ponto de vista profissional, para ter uma profissão e realizar o intento de todo ser humano: de realizar as suas potencialidades, poder produzir e garantir para si o seu sustento e ao mesmo tempo ajudar no processo de desenvolvimento da nossa sociedade.

Mais ainda, o objetivo do governo com esta reforma é fazer uma ampliação das vagas, sobretudo nas universidades públicas federais. Nós próximos quatro anos, até 2011 - estamos em 2005 - se a proposta for aprovada no Congresso Nacional, até 2011 a previsão é que quarenta por cento das vagas estejam de posse das universidades públicas federais, porque hoje 70% desses 9% dos jovens estão cursando as universidades particulares, privadas, que devem ter a função de complementar o ensino público em território nacional.

Então, o Governo Federal está fazendo algo que para nós é fundamental do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino superior, fazendo com que milhares e milhares de jovens possam usufruir dos conhecimentos que a humanidade, que a nossa civilização dispõe para que, cada ser humano possa realizar as suas potencialidades e ajudar o Brasil a se constituir numa Nação democrática, soberana, numa ação que possa enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico, combinado com o desenvolvimento social que o nosso país precisa.

Está de parabéns o Governo Federal, porque ontem deu um passo à frente com a publicação da segunda versão do texto que deverá ser enviado ao Congresso Nacional agora no próximo segundo semestre.

É preciso ressaltar, ainda este segundo texto deverá sofrer alterações, porque as entidades, todo o corpo docente, e aqueles que se preocupam com a educação no nosso país podem pensar propostas e sugestões para que este presente texto sofra modificações como já sofreu da primeira para essa segunda versão. A previsão é que no final do mês de junho o Governo sintetize as propostas, encaminhe ao Presidente da República e no começo de agosto, quando o Congresso Nacional voltar às suas atividades depois do recesso o Presidente da República envie ao Congresso Nacional.

Sem sobra de dúvida será um grande avanço para o nosso país, para a educação brasileira, a proposta que vem sendo discutida e que deverá ser enviada agora para o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço pela atenção. Era este o breve comunicado que tinha a fazer a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Gostaria de solicitar o mesmo tratamento que foi dado ao Deputado Vanhoni, que obteve no seu minuto de prorrogação, três minutos e dois segundos.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer um relato, aqui, de alguns assuntos que são polêmicos no Paraná.

O Porto de Paranaguá - que estou cobrando aqui do Governador e do irmão Eduardo Requião, Superintendente do Porto, onde está o dinheiro da varredura? A irmã, Lúcia Requião Arruda, que também ocupa um cargo no Governo, é Superintendente do PROVOPAR, e disse que o irmão Eduardo, Superintendente do Porto, não repassa o dinheiro da varredura para que ela possa fazer assistência social. E foi com base nessas denúncias que nós fizemos, que o Governador Roberto Requião encaminhou a esta Casa um pedido de CPI contra a minha pessoa. Apresentei a defesa e até agora não tivemos nenhuma manifestação do Deputado Accorsi, que é corregedor. Mas se não tivemos essa manifestação ainda, pelo menos não perdi nenhum minuto de sono.

E quero, agora, cobrar do Governador Requião, dos seus Deputados, do seu Líder, enfim, saber se ele já assumiu o Governo do Estado do Paraná, porque disse: *“Álvaro, eu assumo o Governo e no outro dia: ou baixa ou acaba o pedágio”*. E quero saber então se ele assumiu, porque o pedágio não baixou e não acabou! E ele edita, aqui, um livro - com o dinheiro público, evidente - que ele diz e dizia naquele debate: *“Álvaro, tenho a solução para baixar ou acabar com o pedágio”*. E agora ele vem, aqui, com uma desculpa dizendo o seguinte: *“diante do*

*exposto, apesar de todas as dificuldades jurídicas que o caso impõe, ocorreu uma efetiva redução de tarifa no pedágio”*. Só se for no carro do Governador, que é carro público e ele deixou de pagar pedágio, então baixou o preço. E nós que ouvimos essa conversa na televisão, sabíamos ser um compromisso que não seria cumprido e eu quero então dizer que o prêmio que o povo do Paraná ganhou foi este, de mais um estelionato político, ocorrido num debate, em uma eleição.

Tenho aqui, senhoras e senhores, mais um prêmio que o Governador Roberto Requião trouxe para os paranaenses: a implantação do pedágio da Lapa, conhecido como pedágio do Furiatti! Está aqui! Não é lenda, isso é verdadeiro! O pedágio Araucária-Lapa, que não existia, passou a existir depois da suposta posse do Governador! Ele instalou, está aqui a cobrança de domingo, agora, de R\$4,10! Aí, o Governador propõe à Assembléia uma CPI contra o Deputado que vem denunciar os...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Gostaria que esse um minuto fosse um minuto tão robusto e forte como foi o do Deputado Vanhoni, que, de um, foi para três minutos e dois segundos.

Mas, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Governador Roberto Requião, vimos um anúncio que a Barragem de Caxias ia estourar e veio a COPEL ontem aqui para discutir a morte do mosquito. Passaram a tarde toda aqui para não falar nada, para não explicar nada, porque foi um anúncio, uma falácia praticada pelo Governo do Estado do Paraná. Não existe barragem nenhuma para estourar! Como esse prédio que aqui está, do Tribunal de Justiça, não foi concluído porque o Governador pediu ao Bonaterra que inventasse um problema que ele não queria terminar o prédio para o “Xavierzinho”, conforme ele dizia ao Dr. Xavier que era o Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná e encontraram algumas rupturas e ele tem coragem agora de pôr uma placa lá: “desatando nós”. É um desatador de nós!

Nossa Senhora Desatadora dos Nós, imagine o concorrente que você tem no Paraná: o Governador Roberto Requião que, além de considerar o “Nosso Senhor Desatador dos Nós”, quer estar acima do bem e do mal, como se Deus e onipresente fosse!

Governador, você aliás, S. Exa. provavelmente deve estar assistindo ou saberá do que ocorre aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Faltaram 56 segundos, apenas, mas muito obrigado. Fico feliz.

Fico muito feliz porque o tempo dos “Requiões” está para chegar ao fim e eu entendo, quando o Severino vem ao Paraná e o Requião fica bravo, Deputada Cida Borghetti: ele não quer concorrência com ninguém, em matéria de nomear família. O Severino já nomeou dois. O Requião está com medo, ele já tem, acho, dezessete no Governo. Então, isso realmente assusta o nosso Governador Requião de Mello e Silva.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença do ex-Prefeito de Perobal, José Evangelista de Albuquerque, juntamente com o Prefeito atual, Toninho da Farmácia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência quer também registrar, a pedido do Deputado Anibelli, a presença dos Vereadores de Barbosa Ferraz, Edenilson, Aparecido e Zacarias Siqueira e o suplente de Vereador Celso Marcos, de Moreira Sales.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria saudar os funcionários aposentados da Saúde, do Sindisaúde, militantes do que trazem para esta Casa as suas justas demandas e certamente encontrarão eco nos Deputados.

Sr. Presidente, ao longo desses dois anos e cinco meses praticamente do nosso mandato, por muitas vezes me questionei sobre a razão de ser mandato público, em especial do mandato Parlamentar, e que já havia experimentado em Londrina, sendo Líder do Governo Municipal, experiência da liderança. Tem sido para mim uma experiência e tanto. Mas, tenho certeza, que independente de ser governo, apoiar o governo, estar independente em relação ao governo, ser oposição, deve haver alguma medida para nós, na avaliação dos fatos ocorridos, em relação ao Governo do Estado, que independentemente de Oposição, nos deixe indignados, e possam aqui expressar a nossa indignação.

Na semana retrasada falei aqui de pronunciamentos por parte do Governador, em relação, ao Instituto Agrônomo do Paraná. A forma inadequada que ele estava tratando questões administrativas e questões internas e a falta de prudência e serenidade para tratar dos temas próprios da administração pública.

Quando o homem se elege, se ele é do Parlamento - e uma das funções do Parlamento é sim fiscalizar o uso do dinheiro público e os procedimentos do governante, na hora do exercício. Sem dúvida nenhuma, que a influência partidária, aqueles que estão mais próximos do

Governador, podem fazer com que alguns Deputados percam a sensibilidade e a capacidade de se indignarem.

No entanto, há também um limite para isso, porque as instituições do Paraná, aquelas construídas pelo povo paranaense ao longo de sua história, devem ser defendidas dentro de princípios republicanos, éticos e transparentes.

Manifestei naquela oportunidade preocupação com a forma como o Governador tratou um episódio interno do IAPAR, expondo pessoas, funcionários decentes, éticos, com história, que devem ser respeitados, mas o superintendente daquele Instituto se viu na condição de se afastar; pediu a exoneração e foi tocar a sua vida.

Qual não é a minha surpresa, quando solicitado por este Deputado, que nos remetesse cópia dos procedimentos da Corregedoria. Não só o recebemos, como vimos publicados no Diário Oficial uma escuta telefônica - que até onde eu sei não há autorização judicial para fazê-lo - expondo não só uma direção, funcionários e fornecedores do setor público!

Está no Diário Oficial da última segunda-feira, fato público, fato que nos espanta, não só pela forma peculiar que o governante, a palavra já diz, governar, administrar conflitos em favor da maioria, mas não, apaga incêndio com gasolina, gera conflitos e não administra os conflitos! Já citaram alguns conflitos aqui das suas promessas de campanhas não cumpridas, dos dois anos e cinco meses, de conflito permanente.

Aliás, o Paraná parece que virou a base.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Eu estou inscrito, Sr. Presidente, no Horário do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais cinco minutos.

### ***Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PT***

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Quando o Paraná precisa de tranquilidade para desenvolver, precisa da administração dos conflitos, precisa do gerenciamento dos serviços públicos, e é bom dizer que as últimas pesquisas já disseram que os paranaenses se preocupam com saúde educação, segurança pública e desenvolvimento econômico, emprego. As estradas estão em sexto lugar nas maiores preocupações dos paranaenses.

Mas a questão, Deputado Vanhoni, do trato com a ciência e tecnologia, tão estratégicas e caras para nós, merece do governante uma prudência muito maior. Senão vejamos: qual foi o episódio, foi a aquisição com recursos do FINEP, de uma plantadeira por pregão eletrônico, adquirida a vinte mil reais a menos que o preço de mer-

cado, com especificidades necessárias para o trato da pesquisa daquele instituto agrônomo, e que foi indeferida pelo Governador, com a palavra “trambique”, acusando indistintamente funcionários de todo escalão do IAPAR?

Estou aqui em defesa deste instituto, o Instituto Agrônomo do Paraná; não estou em defesa, apenas, de pessoas. Cargos de confiança.

Mais do que defesa do IAPAR, estou em defesa do direito de as pessoas conversarem pelo telefone sem serem gravadas ou terem suas conversas publicadas no Diário Oficial! Talvez aí esteja o sentido do mandato, que independentemente de ser governo, apontar ao governante os equívocos, porque não é adequado que se gravem pessoas sem autorização. E pior: coloque no Diário Oficial!

Sem defesa dos paranaenses, da liberdade de expressão e principalmente de direitos constitucionais que no meu entender foram atacados!

Portanto, nós todos devemos, sim, levar ao Governador, esta preocupação, porque as instituições importantes do Paraná ficam, os governantes passam. Os homens, todos, todos nós, homens e mulheres, somos passageiros na terra e nos mandatos, porque mandatos duram apenas quatro anos e têm que ser renovados pelo voto popular, dentro dos limites constitucionais. Mas, o IAPAR vai ficar! Tomara que esta discussão da autarquização da EMATER, não seja a repetição do equívoco, porque o IAPAR foi autarquizado e agora é humilhado pelo Governador de forma vil e inadequada, para aqueles que querem pensar o Paraná do futuro!

Senhor Presidente, era isto. Não é possível que pessoas como nós, Deputados e Deputadas, com mandato, estejamos perdendo a capacidade de nos indignar perante tal autoritarismo, tal comportamento que beira ao fascismo!

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Eu sou eterno reclamante do som e V. Exa. está tendo dificuldade em fazer o discurso, porque aqui deste lado praticamente não lhe ouço.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Mas, eu grito bastante!

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Para tentar poupá-lo é que estou dizendo. Agora o som melhorou.

Deputado André, quando nós subimos à tribuna denunciando esta questão dos “grampos”, muitos Parlamentares não levaram a sério. Não acreditaram no que estávamos falando, e hoje, ouço V. Exa, como Presidente do PT subir à tribuna, considero de extrema relevância o seu pronunciamento neste caso do Diário Oficial.

Mas, é importante que esta Casa se atenha à questão dos “grampos”. O Presidente da Assembléia levou esta questão à Polícia Federal. E seria muito bom, Sr. Presidente, que esta Casa pedisse à Polícia Federal quais

foram as medidas tomadas e quais as investigações feitas, senão, vamos ficar falando aqui, como V. Exa. está trazendo uma questão relevante, séria, de extrema gravidade. Inclusive estamos com nosso setor jurídico fazendo estudos para ver quais as medidas que podemos tomar em cima desses casos.

Agradeço o aparte.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Portanto, ao concluir, o Deputado Dobrandino não estava presente, nós precisamos chamar o Governador à sobriedade, não é possível que conversas telefônicas privadas sejam publicadas no Diário Oficial! Quem que autorizou isso? Qual foi a autorização judicial? Será que na sanha de fazer valer os seus objetivos, ainda que discutíveis, atacam uma instituição? Será que Diário Oficial é para isso? Para fazer luta política, como já foi um site do Governo com relação a este Deputado? Será que isso não deixa Deputados da Base aliada do meu Partido, indignados? Eu não acredito mais nisso, porque eu acho que está chegando a hora da verdade, chega de bravatas! Vamos enfrentar e gerenciar os serviços públicos!

A questão da ciência e tecnologia é complexa, e por isso temos secretário, temos profissionais.

Portanto, companheiros, que levemos ao Governador a preocupação; aqueles que ficaram indignados expressem a indignação ao Governador! Hoje tem reunião inclusive da Base aliada. É a hora de falar claramente que tipo de método nós admitimos e que tipo de método nós não admitimos!

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

V. Exa. concede-me um aparte?

Só para deixar registrado, nós temos um fato mais grave: além de estar no Diário Oficial, todos os Deputados receberam cópias dos diálogos feitos entre aqueles que perguntavam aos supostos vendedores e aqueles da Corregedoria Geral do Estado que diziam estar interessados em comprar, deliberadamente, induzindo inclusive as pessoas a dizer que havia construção do processo. Eu acho que é um erro grave, passível inclusive de medidas judiciais e criminais.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, eu recomendaria àqueles mais próximos do Governo, peçam à Corregedoria, além da plantadeira comprada a vinte mil reais a menos, auditar as compras do Governo de milhões de reais em asfalto, as compras e aquisições de obras no Porto de Paranaguá com a mesma severidade que se avaliou a plantadeira!

Francamente!

### ***Grande Expediente:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Horário do Grande Expediente.

Conforme entendimento entre o Deputado Neivo Beraldin e o Deputado Ratinho Júnior será dividido cinco minutos para o Deputado Ratinho Júnior e em seguida o Deputado Neivo Beraldin.

## ***Deputado Ratinho Júnior (PPS)***

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu gostaria de agradecer a gentileza do Deputado Neivo Beraldin em nos dar cinco minutos do seu tempo no Grande Expediente, até porque é uma causa importante, é um projeto que entra em votação no dia de hoje, e uma causa justa.

Quero aqui cumprimentar os Diretores e o Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares do Estado do Paraná, uma classe importante. E hoje, enfim, um sonho poderá ser realizado, e nós temos certeza que o será através do voto, do apoioamento dos Deputados nesse projeto, importante.

Em 2003 nós apresentamos um projeto na valorização do Sindicato dos Transportadores Escolares, e o dia 25 de novembro é a data onde nós valorizamos e homenageamos os transportadores escolares. E, no dia de hoje, um projeto ainda mais importante, até porque vem um projeto, não apenas na valorização do trabalhador, do motorista, daqueles que carregam as crianças, mas um projeto, sim, que vem valorizar e trazer mais segurança à nossa sociedade, até porque hoje o transportador escolar não é apenas uma profissão, ele é um serviço de utilidade pública à nossa sociedade, e nada mais importante de nossa função do que valorizar e facilitar a vida desses transportadores escolares, aqueles que carregam vidas importantes que são as crianças do nosso Estado. Muitos deles, sem dúvida alguma, não são as crianças do nosso Estado. Muitos deles, sem dúvida alguma, não são apenas motoristas; são amigos dos seus familiares, pessoas que vivem próximas, que ainda servem até mesmo de psicólogos das crianças quando são transportadas, e as crianças o tratam como “tio”, “tia”. Esse projeto vem ajudar na segurança dessas crianças. Ele visa a isenção de ICMS na compra de vans, microônibus no Paraná. Ajudaria muito na renovação das suas frotas. Acabaria melhorando a condição do transporte das crianças.

Temos orgulho de apresentar esse projeto. Foi uma ampla discussão na CCJ, onde tivemos o apoioamento de cem por cento dos Deputados. O Deputado Mário Braddock apresentou uma emenda na melhoria, na ampliação desse projeto, na valorização do transportador escolar.

É com grande alegria que estamos pedindo o apoio de todos os Deputados e Deputadas. E fazer também um pedido ao Governador, para que o projeto seja sancionado, para que a partir deste ano, os transportadores possam renovar sua frota com mais tranquilidade.

Os taxistas já têm essa isenção, e o transportador tem uma função igual ou até maior na sociedade, que é o

transporte das crianças que serão o futuro do nosso Estado e País.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Gostaria de cumprimentá-lo pelo projeto.

É espetacular!

Nós que andamos pelo interior, temos visto as dificuldades que o pessoal que transporta as crianças, tem sofrido.

Esse projeto irá fazer com que os transportadores possam melhorar a frota. Isso chama segurança para as crianças. Quando transportam crianças estão transportando nosso filhos e os filhos dos nosso pais e amigos do Paraná.

Quero dizer que sou favorável ao projeto, porque vem ao encontro da melhoria da frota. Muitas vezes em licitações públicas a pessoa terceirizada que compartilha a licitação numa Prefeitura, obriga-se a baixar o preço para ganhar a licitação.

É importante que tenha condições de comprar um carro melhor, diminua os impostos, principalmente o ICMS, para poder melhorar a frota.

Seu projeto é simples mas é fundamental. Vem ao encontro da segurança. É um projeto do futuro. Projeto da criança. Projeto que faz com que aquele transportador particular ou aquela empresa vá buscar as crianças em melhores condições.

Parabéns! V. Exa. tem o meu apoio.

Muito Obrigado!

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

O Deputado Jocelito Canto, que desde o começo que apresentamos esse projeto, já disse ser favorável.

Fico muito contente e agradecido. Sabemos que não apenas Jocelito Canto, mas todos os Deputados aqui presentes são favoráveis à tramitação desse projeto.

Concedo um aparte ao Deputado Mário Braddock.

**O Sr. Delegado Braddock (PMDB)**

Deputado Ratinho Júnior, é com satisfação e alegria que vejo V. Exa. tão bem conduzir esse projeto de lei em favor das nossas crianças do Paraná.

É sabido hoje os pais trabalham fora, e esses profissionais que transportam as nossas crianças das escolas, tornam-se responsáveis direitos pela segurança das nossas crianças que saem da escola e vão até as suas casas, ou vice-versa.

Por isso, V. Exa. pode contar com o meu respaldo, o meu apoio incondicional a esse projeto e parableno-o e a todos os proprietários das vans que conduzem as crianças.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Obrigado, Deputado Braddock. Parabéns à sua emenda que ampliou o nosso projeto.

Na verdade, quero agradecer o apoio do Sindicato que também discutiu, debateu esse projeto, foi o idealizador dessa idéia e já tem um projeto também no Congresso Nacional, isentando de IPI.

Sem dúvida nenhuma, estamos facilitando. Hoje os transportadores escolares geram mais ou menos três mil empregos diretos, fora os auxiliares que transitam com eles dentro do carro.

Então, é um projeto importante e lógico não vai onerar o Estado porque a renovação de frota não é algo que acontece constantemente; demora três, quatro anos para ser renovado. Então, sem dúvida alguma, é um projeto que vai ajudar o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Queremos aproveitar a oportunidade para manifestar aqui o nosso apoio ao projeto do Deputado Ratinho Júnior.

Diz Helena Kolody, poeta, que para quem caminha de encontro ao sol é sempre madrugada. Vejo, hoje, no jornal da Assembléia Legislativa, estampada uma lei premiada no Brasil: a lei do ICMS ecológico.

Na verdade, lá em Brasília, conheci um Deputado Federal chamado Fábio Feldmann, que representava São Paulo, e nós discutíamos colocar na Constituição Federal um artigo que desse uma compensação financeira aos municípios que tivessem áreas de preservação ambiental, porque gera, sim, uma série de restrições ao crescimento. Alguns municípios superindustrializados, com altas receitas de ICMS e outros com a responsabilidades de cuidar dos mananciais, cuidar dos parques, cuidar da qualidade do ar e da água que bebemos na geração do presente e para geração do futuro.

Pois bem, esse artigo foi colocado na Constituição Federal e, depois, em 1988, eu tive a oportunidade de apresentar emenda, aqui, adequando a Constituição Estadual à Federal. Em 1990, eu fui reeleito Deputado Estadual e apresentei uma lei complementar, regulamentando o artigo 132 da Constituição do Estado. O que diz essa Lei do ICMS Ecológico e essa lei complementar?

É de conhecimento de todos que 25% da receita do Estado em ICMS pertencem aos municípios; é dividido num bolo e para que o município corte uma fatia desse bolo, tem que ter um critério: população, indústria, área territorial, área agrícola e outros “n” motivo. Então, eu tirei desses 25: cinco para quem preserva o meio ambiente; dois e meio para quem tem manancial de abastecimento público e dois e meio para quem tem áreas verdes.

Para se ter uma idéia, Curitiba e a região metropolitana, mais especificamente Piraquara, representa 60% da água que bebemos e recebe hoje, pela lei, em torno de trinta mil reais por dia; novecentos mil reais por mês ou cinquenta e quatro milhões de reais já pagos a Piraquara.

Pinhais recebe uma extraordinária quantia, Campina Grande de Sul, Quatro Barras, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro. O nosso litoral foi altamente contemplado, o Parque Nacional do Iguaçu, da mesma forma. Nesses treze anos a lei repassou, no Paraná, mais de um bilhão de reais. Em 1992, quando entrou em vigor a lei, tínhamos 52 municípios. Deputado Scarpellini, que tinham área de preservação ambiental. Hoje estamos com 230 municípios.

Então, ganhamos 550 novas áreas de proteção ao meio ambiente; 550 parques que servirão para que os nossos filhos, os nossos netos possam respirar o ar que respiramos hoje e que possam brindar a qualidade da água que brindamos hoje.

Pois bem, apresentada a lei nesta Casa, o IBGE fez uma pesquisa nacional, na semana que passou e constatou o seguinte: a lei que mais investe em meio ambiente no País é a Lei do ICMS Ecológico, pioneira no Brasil, oriunda desta Casa. Doze Estados da Federação editaram a mesma lei. Então, o IBGE atesta: o ICMS Ecológico é a lei que mais compensa os municípios que preservam o meio ambiente neste país.

Mas, a história precisa ser contada por inteira. Quando foi aprovada aqui nesta Casa, essa lei, e quando os municípios que teriam que pagar essa conta que eram aqueles industrializados, e até mesmo Curitiba fez uma pressão muito grande, porque evidentemente estaria perdendo recursos para os municípios da região metropolitana.

Mas, você não pode pensar numa Curitiba grande sem antes pensar na Grande Curitiba. Se imaginarmos e olharmos de cima, basicamente vivemos numa cidade só. A água que bebemos vem de lá, e certamente, se tiver segurança, emprego e qualidade de vida para as pessoas em torno de Curitiba, é bom para todos nós.

Aí, teve a participação, a quem eu quero render a minha homenagem, do Governador Roberto Requião. Aprovada a lei nesta Casa, recordo ainda hoje, telefonei no Palácio: “Governador, gostaria muito que o senhor sancionasse essa lei”. Ele falou assim: “Não precisava me telefonar, Deputado. A lei é boa não só vou sancioná-la, mas vou decretá-la, para que entre em ação já em 2002.”

No dia 30 de dezembro de 1991, nós vimos no Diário Oficial a lei entrando em vigor e mudando a realidade social de tantos municípios deste Paraná.

## **O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Concede-me um aparte, Deputado Neivo?

**(Assentimento)**

Deputado Neivo, hoje a homenagem que V. Exa. recebeu na escolinha do nosso Governador Requião perante a TV Educativa, não só para o Paraná, mas para o Brasil e além-Brasil, acho que foi o reconhecimento do Governador a V. Exa., que foi o autor dessa lei. Eu não sabia que tinha sido ele o autor da sanção da sua lei, que vem preservar não só os municípios do Paraná, mas serviu de exemplo a muitos Estados da Federação brasileira. E V. Exa., eu também não sabia, tem sido convidado para

ministrar palestras em outros Estados pela grandeza da sua lei.

Então, esta Casa está de parabéns na pessoa de V. Exa., nesta Semana do Meio Ambiente, quando V. Exa. é reconhecido não só no Paraná, mas nacionalmente pela autoria dessa lei que vem preservar matas, o meio ambiente, salvar vidas, reforçar as nossas águas. Este é o trabalho da Assembléia Legislativa e do Parlamento.

Parabéns! Hoje V. Exa. deve estar feliz por ser reconhecido não só no passado, mas hoje publicamente, através das palavras do governador e do ato feito com V. Exa., na assinatura daqueles projetos.

Parabéns a V. Exa. e à nossa Assembléia Legislativa.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Digo que eu tive a oportunidade de usar o microfone e dizer que eu falava em nome do Poder Legislativo, porque essa lei nasceu aqui dentro. Nós, conhecendo o Governador, ele respeita os parlamentares que têm visão, alguma idéia criativa e mesmo aqueles que o criticam; ele que sabe se curvar quando é necessário, prestou-me uma homenagem, porque ele estava recebendo da SOS Mata Atlântica uma homenagem em nome do Paraná, por ter uma lei pioneira no Brasil. E ele quando soube da notícia que receberia essa homenagem, pediu ao Secretário do Meio Ambiente que me telefonasse, para que eu lá estivesse e ele desse aquele espaço. Acho que foi uma atitude de um homem justo. Nesse caso, ele foi extremamente justo e certamente estou muito orgulhoso, como a minha família, como qualquer político quando consegue realizar algo em favor do bem comum e se emociona quando vê que as coisas acabam saindo pelo bom caminho.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Deputado Neivo, permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Quero me associar ao Governador do Estado e também ao Grupo SOS Mata Atlântica, ao enaltecer a sua Lei do ICMS Ecológico. Na nossa Piraquara que é manancial da Grande Curitiba, podemos observar os benefícios da idéia do ICMS Ecológico. Isso se inspira no que há de mais moderno no mundo, que é o princípio de compensar a preservação, por exemplo, de uma casa histórica através do solo criado, coisa em que eu fiz, aqui, em Curitiba, a preservação de um bosque através da isenção de tributos e no seu caso a isenção de ICMS ou a atribuição de um valor extra de ICMS, às cidades ou municípios que preservam a natureza.

Hoje a política se divide entre a bancada verde e a sinistra bancada dos que são dendroclastas, os que querem derrubar as árvores. Nem todos têm coragem de se afirmar assim. Dendroclasta vem do grego: “dentro”, árvore e “clasta”, destruidor de árvores. O Paraná perdeu a grande maioria da sua cobertura vegetal. Hoje, a Flo-

resta das Araucárias é de 1% daquilo que tínhamos, da manhã da criação, quando do momento em que Deus, nosso Senhor, deu por acabada a Sua obra. Exaltar o ICMS Ecológico, valorizar a preservação, mas também compensar os que trabalham pela preservação é medida de inteligência para que haja futuro.

Meus parabéns, Deputado Berardin.

**A Sra. Elza Correia (PMDB)**

Permite-me um aparte?

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Na seqüência.

Agradeço ao Deputado.

Prestem bem atenção, Sr. Deputados.

O Paraná é credor do mundo, porque em doze anos repassou mais de bilhão de reais, para que a natureza seja preservada. Então, que há organismos internacionais ou nacionais que queiram compensar o Estado, para que ele possa investir na qualidade social, no emprego, na indústria e na compensação.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Vamos nos lembrar do Protocolo de Quioto, que permite créditos de carbono para quem preserva a natureza e que vai fazer as florestas valerem dinheiro daqui para frente.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Que já, inclusive, nesta Casa eu mesmo promovi um seminário nacional sobre esse tema e ele foi altamente discutido.

Na seqüência, queria agradecer os técnicos do IAP, sobretudo o Elcio Magalhães, o Wilson Loreiro, a Mariana, o João Samek e a todos aquele que nos ajudaram tecnicamente a elaborar, a equacionar - sobretudo o Elcio Magalhães - os números para que chegássemos nessa lei pioneira no Brasil e no mundo.

Concedo um aparte à nobre Deputada Elza Correia.

**A Sra. Elza Correia (PMDB)**

Apenas gostaria também de deixar consignado na Casa que estive hoje de manhã na reunião do secretariado e acho que o Governador Roberto Requião fez uma justa homenagem a V. Exa., porque sem dúvida nenhuma todos nós sabemos o que representa uma lei do porte da que V. Exa. fez nesta Casa, que foi aprovada e também sancionada pelo Governador. Gostaria de dizer que lá em Londrina, quando vereadora, também fiz a Lei Municipal do ICMS Ecológico e essa lei garantiu e continua garantindo que a Secretaria do Meio Ambiente desenvolva ações fundamentais de muita importância para o município de Londrina.

Portanto, conversava inclusive com vários prefeitos, com vários vereadores, porque sem dúvida essa lei é fundamental para o desenvolvimento de projetos, de

ações que garantam o meio ambiente. Portanto, a nível de Estado estamos amparados graças à lei de V. Exa., e a nível municipal temos essa lei em Londrina e em outros municípios.

Por isso me somo aqui aos Deputados e me senti muito honrada em fazer parte deste Parlamento e presenciar a homenagem que lhe foi feita hoje de manhã. Parabéns!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Muito obrigado!

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Gostaria somente de cumprimentá-lo até porque já fui prefeito e sei qual a importância dessa lei no final do mês, a cada dez dias, quando o Estado começa a repassar o dinheiro do ICMS, quando a Prefeitura recebe lá e começa a vir o ICMS Ecológico.

Queria aqui dar um testemunho de ex-prefeito, de que sua lei foi fundamental. É uma lei boa, que poderia ser feita nessa confusão das florestas que agora está aí. Devíamos criar no Paraná ou quem sabe o Governador Requião sancionar uma lei e criar uma espécie de lei ambiental para esses proprietários aqui do Paraná, para acabar essa folia de querer, de Brasília empurrar goela abaixo alguma coisa no povo.

Então, quero cumprimentá-lo. Sei como é importante a Lei do ICMS Ecológico e sei o que ela representa para os municípios e em pequenos municípios que têm um grande área, isso ajuda até na condição social do município: chega no fim do mês, sobra mais dinheiro para o prefeito aplicar em saúde, para aplicar em outros recursos do próprio município e até no meio ambiente.

Então, parabéns a V. Exa. que é um dos grandes preservadores da natureza!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Muito obrigado!

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Quero cumprimentá-lo pela concessão desse reconhecimento ao vosso trabalho. V. Exa. é, sem dúvida nenhuma, um grande Deputado que se antecipou ao seu tempo e conseguiu aprovar uma lei que hoje é copiada por doze Estados brasileiros.

Parabéns aqui, na condição modesta de líder do partido, que já fui liderado por V. Exa. Nós lhe rendemos, hoje, na condição de líder do PDT, as homenagens e a esses mais de 226 município paranaenses que ao longo desses treze anos já foram contemplados com recursos na casa de um bilhão de reais.

Muito obrigado, Sr. Deputado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Esse aparte é muito importante, até porque no dia de ontem discutíamos outra coisa e hoje ficam as coisas

nos devidos lugares e fico muito feliz com isso, Deputado Barbosa Neto.

Agora, há uma outra lei que esta Casa aprovou, que eu gostaria de revelar aos Deputados:

Lei nº 13.194/2001: ficam alteradas as leis de criação dos Municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Maria Helena, Porto Rico, Querência do Norte, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná, Vila Alta e outros.

Deputado Greca, o que quer dizer isso? É uma alteração das divisas usando a tal vueg do Rio Paraná, tirando no Mato Grosso do Sul a profundidade da água e passando para o solo paranaense, portanto, aumentando as divisas com as linhas e com as águas e, com isso, aumentando o ICMS Ecológico. Por exemplo, de Altônia aumentou 402 mil reais em um ano; de Vila Alta aumentou 573 mil reais em um ano; de Icaraíma, também 133 por cento, e tal; e do FPM, porque eles também ganharam extensão territorial, passaram a ganhar 140, duzentos, ou coisa do gênero. Então, vejam que nós aumentamos as divisas do Paraná usando tal vueg e, com inteligência, aumentamos então a renda desses municípios.

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Para encerrar, eu queria fazer um apelo à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, afinal nós temos aqui um pedido de regime de urgência, aprovado no mês de maio, e uma lei muito simples, mas que vai ter um alcance extraordinário na área ambiental do Paraná. E nesta Semana do Meio Ambiente, nós devemos analisar essa lei aqui: ficam obrigadas as empresas que necessitam de licença ambiental para funcionamento de qualquer atividade, ao encerrar as suas atividades também terão que ter uma licença do Instituto Ambiental do Paraná dizendo que não deixaram um passivo ambiental para o Estado.

E vamos lembrar, só uma lembrança ou duas, Adrianópolis por exemplo, a Plumbum do Brasil explorou o ouro e a prata durante muitos e muitos anos, chegando a tirar de oitenta a cem quilos de ouro por mês, mas o que ficou para o Município de Adrianópolis foi o resíduo de chumbo que contamina as crianças em alto índice no sangue e que contamina o ar, a água e o solo, e as montanhas de chumbo estão lá!

Então, se tivéssemos essa lei que obriga a empresa a ter um atestado que não deixou passivo ambiental, nós estaremos evitando isso, como, por exemplo, a Renault. A Renault desviou o Rio Pequeno em São José dos Pinhais. Vai que ela vá embora um dia e deixe esse passivo ambiental para nós.

Por isso, eu quero encerrar esse meu pronunciamento dizendo, que me sinto gratificado em nome do Poder Legislativo, em poder receber, em poder ver o Paraná sendo homenageado pelo Brasil como pioneiro na área ambiental, porque não há precedente na história do País em que um Estado investiu um bilhão de reais em doze anos na preservação do meio ambiente, e que nós esperamos que o mundo globalizado, aquele que a notícia chega no mesmo instante que se fala aqui, possa compen-

sar o Brasil, porque o Brasil investe na preservação ambiental.

Muito obrigado!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças: PSB.

Horário da Liderança do PSB: com a palavra o Deputado Reni Pereira, por cinco minutos.

### ***Liderança do PSB: Deputado Reni Pereira***

O SR. RENI PEREIRA

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A página da OCEPAR, no dia de hoje, traz a seguinte manchete: ICMS zero em São Paulo causa prejuízo de 1,02 bilhão ao Paraná.

Desde a semana passada nós subimos a esta tribuna para alertar o Governo do Estado, na época ainda a intenção do Governo de São Paulo em zerar a alíquota do trigo e seus derivados e os impactos que isso causaria na economia, nas indústrias e na produção de trigo no Paraná.

Pois bem, já está em vigor em São Paulo o decreto que isentou. Nós não podemos, a título de combater o mal com o mal, causar um transtorno ainda maior.

Por isso, eu subo a esta tribuna no dia de hoje para me somar junto a este movimento que cresce em todo Estado, cuja bandeira maior é a bandeira do povo paranaense e do Paraná, que já está sendo empunhado pelo Vice-Governador, pelo próprio Governador, que na semana passada antecipou que estaria entrando com essa ação de inconstitucionalidade, inclusive na tarde de hoje se faz presente o Procurador Geral do Estado, que também adiantou que estará entrando nesta semana ainda com ação de inconstitucionalidade.

Porém, os efeitos, caso se retarde o julgamento pelo Supremo desta ação de inconstitucionalidade, podem ser irrevogáveis para a indústria do Estado do Paraná, isso porque, segundo as palavras da própria OCEPAR, o Paraná está perdendo seu principal mercado e o mercado é algo que não se conquista em uma semana, nem em um mês - é fruto de anos. Por isso a indústria paranaense que não terá condições de competir com as indústrias de São Paulo de derivados de trigo, com os próprios importadores, de São Paulo, porque São Paulo não produz trigo, os produtores paranaenses não poderão competir com os importadores de trigo do Estado de São Paulo, que não pagam imposto - eles fatalmente não conseguirão reverter mais esta situação no quesito mercado, porque a partir de então o emprego de milhares de paranaenses já está em risco.

Por isso é que nós sugerimos, na tarde de ontem, através de uma indicação legislativa que o Executivo estadual baixe um decreto concedendo crédito presumido

nas operações com trigo e derivados de trigo e esta sugestão vale nas operações interestaduais com o Estado de São Paulo ou nos Estados que têm a seu dispor dispositivos legais como esse decreto que São Paulo pôs em vigor desde a semana passada.

Por que em relação a São Paulo e não em relação a todas as operações interestaduais? Porque o Paraná não pratica a guerra suja que é a guerra fiscal em relação aos Estados com menor potencial econômico que o Estado do Paraná e nem em relação aos Estados mais ricos.

Por isso que nós não podemos, a pretexto de nos defendermos desse mecanismo ilegal utilizado pelo Estado de São Paulo, começar a praticar, em relação a outros Estados que são consumidores de produtos paranaenses, começarem também a ter prejudicadas suas economias locais.

Por isso o Paraná, que vem heroicamente segurando a bandeira de não entrar na guerra fiscal, não pode entrar agora, concedendo a isenção para todos os produtos no que se refere a todas as operações interestaduais.

Por isso que a nossa sugestão, indicação legislativa proposta na tarde de ontem diz respeito a atenuar os impactos da economia paranaense em relação ao Estado de São Paulo, porque os outros Estados da Federação não têm nada a ver com esse dispositivo que o Governo de São Paulo lançou mão na semana passada.

Por isso a nossa indicação é para que seja concedido esse crédito presumido nas operações com o trigo e derivados nas operações com São Paulo para neutralizar, não a concorrência desleal, porque os importadores de São Paulo e os fabricantes já têm ao seu dispor uma lei que autoriza, mas sim em relação à concorrência ilegal que está sendo praticada neste momento. E, quem queremos beneficiar é o Estado do Paraná, são os condições de igualdades para os industriais e para os produtores de trigo no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário do PTB, Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje ouvimos aqui vários pronunciamentos falando de compromisso de campanha. Todo mundo cobra o cumprimento daquilo que foi prometido da campanha. Uns cumprem mais, outros cumprem menos, e há os que não cumprem nada, mas hoje quero falar de um projeto que foi assumido na campanha e hoje beneficia quase 250 mil famílias, ou seja, quase um milhão e meio de habitantes no Paraná, o Projeto Luz Fraterna.

Um projeto que não foi coisa de palanque; foi compromisso assumido. E sempre fui muito simpático a esse projeto. Fiquei torcendo para que entrasse um governador popular, que gostasse do povo, para fazer esse pro-

jeto dar certo no Paraná, porque, no meu primeiro mandato como Deputado, nos dois anos que fiquei nesta Casa antes de ser prefeito em Ponta Grossa, no dia 19 de março de 1996 o Projeto de Lei 074/96 de minha autoria, aprovado nesta Casa, autorizava o Governador da época a fazer o Luz Fraterna. Essa idéia vem lá de 1996, estou aqui com uma cópia do projeto que fiz. Foi aprovado e não sancionado, não usado pelo Governador Jaime Lerner. Infelizmente. Era um projeto parecido com esse que o Governador mandou a esta Casa e que aprovamos na seqüência.

Então, Sr. Presidente, queria destacar aqui que hoje são quase 230 mil famílias no Paraná que recebem a luz de graça. Curitiba, Deputado Rafael, 12 mil famílias; Foz do Iguaçu, 3802 famílias; Francisco Beltrão, 2275 famílias; Londrina, agora há pouco vi o Deputado Barbosa falando que Londrina está abandonada, depois de Curitiba a cidade que mais tem luz fraterna é Londrina, 7830 famílias recebem a luz fraterna; Maringá 2855; Ponta Grossa, 7436; São José dos Pinhais, 3160 famílias. É mais de um milhão e meio de pessoas que não pagam luz, que antigamente eram obrigadas a ficar sem luz, devendo, fazer aquilo que a gente chama de “gato” e assim por diante.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Jocelito, me permite um aparte?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Na minha região, trinta mil famílias estão recebendo luz fraterna.

Eu quero deixar à disposição dos companheiros, na seqüência, uma cópia desse pedido de informação que fiz.

Alguns reclamam...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Para concluir.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

... dos pedidos de informações. Tenho recebido direitinho os pedidos e fiz, recentemente, esse da COPEL porque eu queria exatamente saber. Mas não é só a informação da COPEL. O gostoso, Deputado Rossoni e Barbosa, é você ir lá, no interior de Castro, ir num bairro pobre de Ponta Grossa, entrar numa casa e pedir àquela pessoa como está a “luz fraterna”, e o cara dizer que não paga mais, que o dinheiro que pagava a luz hoje está complementando o orçamento, melhorando a condição de vida, melhorando até a comida que às vezes faltava.

Então esse projeto que eu apresentei em 96 e que não foi usado, agora é realidade no Paraná e o sucesso está aí. Fica um alerta aqui...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Peço que V. Exa. conclua.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Fica um alerta aos Deputados, porque têm cidades que não estão bem informadas com relação a esse projeto. Precisa-se informar mais, porque tem pequena cidades que estão com um número pequeno de pedidos e precisamos orientar essas famílias para que entrem com o pedido, para terem o direito.

Eu gostaria de ceder o aparte mas não é possível, Deputado Rossoni, Deputado Barbosa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Concedo a palavra, ao PDT.

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto, por cinco minutos.

## ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

**O SR. BARBOSA NETO**

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Infelizmente o Deputado Jocelito Canto não nos concedeu o aparte para que pudéssemos colaborar com a discussão que foi trazida na tarde de hoje, mas informo que dessas pouco mais de sete mil famílias que estão sendo beneficiadas pelo programa “Luz Fraterna” é muito pouco para uma cidade como Londrina que tem, segundo o IPARDES, mais de setenta mil pessoas que sobrevivem abaixo da linha de miséria.[

Lamentavelmente a gente entende que o Governador pode dar qualquer tipo de desculpa, que está aí com apenas dois anos e quatro meses de Governo, mas o Governo está indo. Esse compromisso, infelizmente não estamos vendo. Eu gostaria de citar o exemplo, quando a gente quer realmente fazer as coisas com seriedade, nós podemos ver hoje que os jornais do Paraná inteiro estampam lá “Alta taxa de imposto”, “Não ficamos só na palavra”, mostrando a isenção, a redução do ICMS para 112 mil empresas.

Eu não consigo chegar até esses números, mas consigo ver, por exemplo, que no Estado vizinho de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin quando aqui fala da isenção de cinquenta kWatts da energia elétrica para as famílias carentes, lá, nesse novo pacote tarifário, Deputado Rossoni, o governador do seu partido, está aumentando para noventa, quase o dobro aqui do Paraná. Noventa kWatts! Isso é inclusão social, isso é isenção de impostos.

Nós não podemos ficar calados diante daquilo que vemos com gasto em propaganda e até nós compreendemos porque nós falamos, berramos, subimos, apontamos e no dia seguinte, a mídia praticamente finge que não viu.

Ontem aqui, o debate público que houve, quantas vezes foi questionado o presidente da COPEL e qual foi a alegação dele? E ainda vemos parlamentar dizer: “Não, eu acredito no técnico da COPEL”. na hora em que acon-

tecer uma tragédia lá, morrer um monte de gente, isso aqui ficou gravado, está na notas taquigráficas. Isso é responsabilidade. Como é que nós vamos falar de responsabilidade de um Governo que gasta 140 milhões de reais em propaganda? Eu estou aqui, pasmem, senhoras e senhores, com o encarte que o Governo do Estado está patrocinando, da Santa Rita de Cássia: “a fé e o turismo de mãos dadas no Paraná”. O Sr. Pimenta, o Jairo, os nossos companheiros, você Rafael, vocês paranaenses, estão financiando essa cartilha aqui! Conheça os encantos do Paraná, Santa Rita de Cássia e, aqui fazendo clara propaganda a este Governo.

Com todo o respeito que merece a Santa Rita de Cássia, eu nasci em Santa Rita do Passa Quatro, minha mãe é devota de Santa Rita, agora dia 20 de maio foi a comemoração, mas, nem por isso, nos dá o direito de pegar o dinheiro da população, um dinheiro tão caro, tanta gente precisando de recursos, Deputado Scarpellini e o Governo colocando dinheiro para fazer propaganda da Santa Rita de Cássia, que não tem nada a ver com essa história! Mas, existe uma coisa muito mais importante! Quantos milhões, por exemplo, o Paraná perdeu com esse “mico” do Banco Santos? E ninguém fala nada sobre isso!

Nós protocolamos aqui requerimento à Fundação COPEL, que não responde. O Governo do Estado, não responde. A Procuradoria do Estado não responde. Quem é que vai responder? Quantos milhões foram, Deputado Scarpellini? 180 milhões, oitenta milhões, com esse 140 milhões aqui, que estão gastando em propaganda só esse ano? Quantas mil casas populares daria para se construir? Quantos postos de saúde equipados, para atender à população que reclama por esse tratamento?

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Agradeço o seu aparte.

Vi essa Cartilha de Santa Rita de Cássia e lembrei-me de até dar uma sugestão ao Governador, se ele puder fazer uma em homenagem a Nossa Senhora desatadora de nós, para que possa socorrê-lo desatando nós do pedágio que ele se comprometeu com o povo do Paraná.

E quem sabe também uma outra, pedindo para ajudá-lo a desatar o nó do Porto de Paranaguá, com relação à recriação do IPE, porque o mandato dele já está acabando e ele não encontrou ainda o apoio suficiente da Nossa Senhora desatadora de nós. Ele dizia que tinha a solução, que assim que ele assumisse o Governo ele iria resolver o problema do pedágio.

Fico agradecido e espero que a Nossa Senhora desatadora dos nós possa socorrer o nosso Governador Roberto Requião de Melo e Silva.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Gostaria de dar o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

O seu tempo já se concluiu. Apenas para concluir o seu pronunciamento. Tem apenas cinco minutos hoje para todos os Partidos.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Queria dizer ao Deputado Scarpellini e a V. Exa., que nós temos que respeitar as nossas santas, que nós rezamos e oramos.

Eu não gostaria de ver V. Exas. comparando aqui também a fotografia do Papa João Paulo II que foi distribuída no Paraná, quando do seu falecimento e que dizia que: as pessoas que visitam o Paraná são muito bem-vindas e nós guardamos boas lembranças, respeitem os católicos.

Esta Casa teve a dignidade de conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao João Paulo II. V. Exas. se aprofundam muito em coisas pequenas, mas deviam cobrar dos governantes que venderam o BANESTADO e nós vamos pagar cinquenta milhões por mês, durante trinta anos, daí, sim, falta dignidade, falta respeito ao povo do Paraná!

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Questão de Ordem)**

Eu quero dizer ao Deputado Anibelli.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Não cabe questão de ordem.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)**

Estão difamando as nossas santas protetoras.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, V. Exa. concedeu o aparte ao Deputado Anibelli após o horário!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Não foi concedido; ele estava dentro do prazo de um minuto.

Eu peço a compreensão do Deputado Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Não, não concordo com V. Exa!

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Só para terminar aqui, Sr. Presidente, também para deixar claro aqui, essa discussão com o Deputado Anibelli, com o próprio Deputado Scarpellini, nós respeitamos os dois aqui.

Gostaria de dizer que em nenhum momento o que foi colocado por este Deputado, para concluir, foi contra Santa Rita de Cássia, mas, sim, a forma como o Governo utiliza a estrutura de jornais de todo o Paraná para poder fazer esse encarte e essa propaganda!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, utilizando o horário destinado ao PSDB.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; mantenha-se calmo, Deputado Scarpellini, porque o apelo à Santa não é devoção! É desespero! Eles estão procurando a proteção para recuperar o tempo perdido, porque na verdade, o Paraná está há dois anos e meio sem governo e agora apelam à Santa Rita de Cássia para protegê-los!

Trago aqui, hoje, a Folha de São Paulo, onde temos uma entrevista com o Ministro Gilberto Gil. Primeiro, ele assume que o PT não sabe governar. Ele propõe, nesta entrevista, que o PT e o PSDB caminhem juntos. Neste momento de crise, Deputado Traiano - V. Exa. que é Líder do PSDB - um Ministro propor para que o PSDB caminhe junto com o PT, é no mínimo assumir que eles precisam de socorro para governar, porque Brasília parou. Não se fala em outra coisa, a não ser em corrupção.

Passo a ler algumas manchetes da Folha de São Paulo. Falo de algumas questões. *“Aliados sabem que o governo é fraco e onde pode ceder, afirma sociólogo”*. O sociólogo que fala isto é um professor, Chico de Oliveira, de 71 anos de idade; era um antigo filiado do PT.

Seguindo, a Folha de São Paulo, depois de o Ministro Gilberto Gil propor a ajuda ao PSDB, ele dá mais uma declaração que considero deve ser refletida pela população: “Ministro defende que drogas deixem de ser crime, no País. Gil diz que parou de fumar maconha aos cinquenta anos”.

Seguindo a Folha de São Paulo, se eu apertar Folha começa a sair gato daqui de dentro - *“Monopólio: a IRB anuncia uma sindicância para investigar irregularidades na estatal”*. Todos sabem o que é IRB, não é?

Vamos seguindo, na outra página: “PT pressiona Lula por notícias anti-CPI”. Seguindo: “Após as denúncias que geraram a CPI dos Correios, nós já temos mais três CPI’s que poderão ser propostas: a da IRB, da Eletro Nuclear e de Furnas,” e a PETROBRAS ainda não veio à tona, e eu sei que nós temos aqui uma pessoa intimamente ligada à PETROBRAS.

Eu quero dizer aos amigos que a PETROBRAS vai melhorar a sua produção, Deputado Carlos Simões, porque o filho do Severino vai ser nomeado para a diretoria da perfuração de poços. Petistas, veja aqui, Deputado Stica, “Petistas chamam Suplicy de político sem palavra”. Sabe por quê? Porque assinou a CPI!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não fui eu que cortei o som, Deputado Rossoni, o som é cortado automático.

O SR. VALDIR ROSOSNI (PSDB)

Presidente, eu encerro a minha fala, até por respeito pela forma com que V. Exa. tem conduzido quando está na presidência, tem exigido o Regimento, e eu me somo a V. Exa. tenho lhe feito elogios pela forma como tem conduzido esta Mesa.

Eu encerro como sinal de respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Agradeço a vossa compreensão.

Liderança do PMDB.

Com a palavra à Deputada Elza Correia.

### ***Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fico realmente impressionada, e cada vez mais impressionada, na luta desesperada da Oposição para dizer que o nosso Governo não existe. Talvez porque tivessem se acostumado com o Governo anterior, que era um Governo virtual e bancado por uma mídia estrondosa para dizer e mostrar um Paraná virtual e escondendo um Paraná real, que nós todos que estamos nesta Casa sabemos como encontramos o Paraná em todos os setores depois de oito anos. Ir à tribuna e dizer dos extraordinários valores gastos em mídia por este Governo é tentar escamotear e fingir que não sabem que o Governo do Sr. Jaime Lerner, paparicado por muitos, gastou 490 milhões de dólares, de 94 a 98, apenas de quatro fontes: BANESTADO, COPEL, SANEPAR, Secretaria de Comunicação Social. Não sabemos quanto. Ainda gastou da Secretaria de Educação, DETRAN, SEDU. Portanto, só dessas quatro fontes, 490 milhões de reais! Governo Requião: nove milhões no primeiro ano, e agora para este ano tem 36 milhões de reais! Um valor infinitamente pequeno para mostrar conta e mostrar ao povo do Paraná as ações do Governo Requião.

Portanto, só hoje de manhã na reunião do secretariado o Governo Requião, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, assinou dezenove ações entre decretos, convênios, em relação a medidas indispensáveis e fundamentais no meio ambiente. Só não enxerga quem não quer. E a alguns não interessam os feitos do Governo. Há uma tentativa sistemática permanente aqui na Casa e que já está ficando chata, que é a tentativa de desqualificar, inclusive com adjetivos pejorativos, deboches pouco próprios da conduta de um Parlamentar quando, sucessivamente, acusamos o Governador de mentiroso, incompetente e outros tantos adjetivos que não deveriam ser utilizados. A crítica é saudável, é importante, só que aqui na Casa já virou uma certa moda o deboche, a brincadeira desrespeitosa! Quando falta argumentação à apelação, fica muito mais fácil apelos dessa natureza, como se faz brincadeira no colégio.

Gostaria de dizer que, em relação às colocações aqui feitas hoje de que a Secretaria da Segurança nada faz por Londrina, também não é verdade.

Estamos acompanhando as ações do Secretário Delazari e, se não resolve, não resolverá em quatro anos, de jeito nenhum, um rombo e um buraco deste País que vem sendo acumulado há décadas.

Já falei aqui um milhão de vezes que a questão da violência e a falta de segurança estão intrinsecamente ligadas à questão do desemprego, a malversação do dinheiro público, a impunidade. Tudo isso trabalha na direção da questão da violência no País. E Londrina não é diferente.

Gostaria de dizer que para Londrina foram liberadas mais viaturas, mais cem homens para trabalharem no projeto 190.

Quero deixar consignado que tem que valer para todo mundo. Hoje foi dado três minutos cobrados pelo Deputado Scarpellini e V. Exa. permitiu. E por que para mim não? Porque sou mulher? Houve concessões nesta Casa, e há, sistematicamente! Ou para todos, ou para nenhum!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente. Ontem, durante a Sessão da COPEL, V. Exa. não permitiu que eu falasse...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe pela ordem!

Liderança do Governo.

Com a palavra o Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, questão de ordem.

Quero dizer a V. Exa. que continue com a mesma postura porque V. Exa. está agindo corretamente.

Infelizmente, a Deputada Elza perde a compostura, em determinados momentos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Rossoni, também não lhe cabe pela ordem. Peço a sua compreensão.

Com a palavra o Sr. Rafael Greca, por dez minutos.

### ***Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Liderança do Governo me foi cedida pelo nosso Líder Deputado Dobrandino e eu uso este horário para afirmar que nós, Deputados do PMDB e os Deputados da Bancada de Sustentação ao Governo, sustentamos o discurso da Deputada Elza Correia no que diz respeito à qualidade das ações do Governador Requião. A embasar isso estão 112.357 empresas livres do ICMS no Paraná.

A política do Governador Requião, de ir de acordo com o que sonha a sociedade brasileira, de se ver livre de impostos, passa por essa isenção fiscal para as pequenas e médias empresas.

Com relação à revista da Secretaria de Turismo, trazida a este plenário pelo Deputado Barbosa Neto, eu tenho a dizer que é lícito que o Governo se associe a um processo de turismo religioso.

Como todos sabem, fui Ministro do Turismo e posso assegurar, com autoridade, que não existe nada mais importante para o desenvolvimento de uma região do que o turismo religioso. Turismo religioso de todas as convicções religiosas, por exemplo, uma marcha evangélica em Curitiba gera movimento turístico; uma marcha de peregrinos entre Apucarana, Borrazópolis, Cambira, Novo Itacolomi...

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(**Não concedido**)

A missa do Anhangava não pôde sair porque o IAP e o seu Governo proibiram!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu ainda não lhe dei aparte.

Um peregrinação entre Apucarana, Cambira, Nova Itacolomi, Borrazópolis, Lidianópolis e Lunardeli, numa área de 86 quilômetros de abrangência, permite o desenvolvimento regional. Eu mesmo sugeri ao Prefeito Mário Moride, de Lunardeli, quando a cidade ia falindo, que implantasse a gruta de Santa Rita de Cássia.

Eu acho que o Governo, ao promover não só a festa de Santa Catarina, com a festa de Santa Castorina, em Tibagi; a festa de Nossa Senhora do Porto em Morretes; a festa do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, em Jaguariaíva; a festa do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, em Siqueira Campos; a festa de Nossa Senhora do Pilar, em Antonina; a festa de Santo Antonio do Sudoeste; a festa de São Benedito, na Lapa e em Paranaguá; a próxima festa de Santo Antônio da Lapa (que se anuncia para domingo dia doze de junho); a festa de Nossa Senhora das Brotas, em Pirai do Sul e a festa de Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá; o Governo promove o turismo religioso e, ainda, ao promover a excursão agropecuária de Londrina; à barragem da Itaipu Binacional; às Cataratas do Iguaçu: à Cascata da Fazenda Luar de Agosto no Município de Faxinal; está a promover o Paraná.

Já que estou falando em promoção, quero anunciar à Assembléia que o Governador vai fazer o Festival Paraná Bandas. Um festival de bandas jovens na TV Educativa, apoiado pelos jovens mais talentosos deste País, entre eles o roqueiro Dinho Ouro Preto, que é nascido em Curitiba, vocalista do Grupo Capital Inicial. O festival de bandas terá sete edições, de julho a dezembro, por essa TV Educativa que já está com uma acuidade de dezesseis milhões de antenas parabólicas no Paraná e no Brasil.

Esse festival de bandas, os jovens que me vêem pela televisão podem já procurar informações no site: [festivalparana.com.br](http://festivalparana.com.br). É um espaço novo para a cultura paranaense, para os jovens do Paraná. Cala essa idéia de que a TV Educativa é usada só como propaganda política, abre uma nova era na cultura do Estado. Queremos MPB, rock, reggae, música country, música sertaneja, música eletrônica; queremos música em língua portuguesa. Essa música moderna em língua portuguesa dará a esse festival uma dimensão cultural à altura da grandeza do Paraná e dá alegria e esperança que queremos para o Brasil.

Seja ao promover o turismo, seja ao promover Santa Rita das coisas impossíveis - que nasceu em 1381 e morreu em 1457, mas é da devoção das mulheres piedosas do Brasil e sobretudo do povo da região de Lunardelli, porque vão lá 25 mil pessoas por mês venerar Santa Rita. Ao promover eventos religiosos como festival gospel voltado para as igrejas evangélicas, o Governador Requião está a fazer bem feito o seu ofício de governar, porque governar é encarnar a alegria, governar é empalmar a cultura, governar é olhar para todos os cantos do Estado. E governar é, sobretudo, abrir para os jovens um bom espaço.

E só para concluir - vou dar já os apartes - quero recordar a lenda ou a tradição da devoção a Santa Rita. Quando Santa Rita morreu, no seu roseiral, perto do seu túmulo em Cássia, se formaram muitas abelhas. Um enxame de abelhas que era branco enquanto ela vivia, fez-se negro depois que ela morreu. Abelhas negras! Examinadas pelo Papa da época, o Papa Urbano, com a meticulosidade da Inquisição Romana daquele tempo, notou-se que as abelhas de Santa Rita não tinham ferrão. Eram abelhas de doçura. Eram abelhas só para o mel. Eram abelhas sem ferrão.

Por isso, não cabe virem aqui dar ferroadas em nome de Santa Rita no Governo e no Governador do Paraná.

#### **O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

Concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Só como complementação ao pronunciamento de V. Exa., muito bem colocado, nós que representamos a região do Vale do Ivaí juntamente com o Deputado Alexandre Curi e com outros Deputados aqui da nossa Assembléia Legislativa, sabemos o efeito positivo do turismo religioso na cidade de Lunardelli e em toda a nossa região.

Estivemos lá no início das festividades que perduraram algo em torno de dez dias e conversávamos ontem com o Dr. Jorge Dermiati, Presidente do Paraná Turismo e ele citava que somente no último domingo das festividades de Santa Rita de Cássia, circulou na cidade de Lunardelli algo em torno de um milhão de reais. Uma cidade que ao longo da história - e conheço bem, porque foi o então Deputado Artagão de Mattos Leão que ajudou

na emancipação daquele município - foi perdendo população, e que agora, face a esse investimento que está sendo feito no turismo religioso, vem galgando novos ares, novo desenvolvimento e a população definitivamente conquistando uma melhor qualidade de vida.

Sem dúvida alguma, o Governo Roberto Requião acerta em cheio no investimento do turismo religioso, e Lunardelli, o Vale do Ivaí, agradecem ao Governo em função dos recursos que lá estão ficando e da população, que está mais satisfeita e mais feliz.

#### **O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Prodígio da fé, o Deputado evangélico defende a festa de Santa Rita. Ela que é sua irmã na leitura do Evangelho, na observância dos ensinamentos de Jesus Cristo. Santa Rita é realmente a santa das coisas impossíveis.

Nós católicos, agradecemos ao Deputado Mattos Leão, o seu empenho em promover, com inteligência, essa festa religiosa. Quero dizer que no caso da promoção do turismo religioso, é fé na estrada. Não é crítica nenhuma. É melhor nos lembrarmos das abelhas sem ferrão de Santa Rita de Cássia.

Deputado Scarpellini, eu não pude lhe dar o aparte, porque tinha muita coisa para falar: festival de bandas e outras coisas.

Quero lembrar ao Paraná que o cartaz do Papa: "quem visita o Paraná fica para sempre no nosso coração", posto nos pontos de ônibus de Curitiba, agora foi alçado à glória dos altares, está nas igrejas, porque o povo do Paraná endossou a idéia do Governo do Paraná, de homenagear o grande líder religioso. Não é mau pôr fé no mundo que tem medo das drogas, do crime, da morte e do que é sinistro. É preciso levar a alegria da fé, porque quem tem fé nunca está só, nem na alegria e nem na morte.

Era isso.

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Sr. Presidente, fui citado como se eu fosse um anti-Cristo. Só quero fazer uma colocação a V. Exa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Peço a vossa compreensão, Deputado.

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, que terá dez minutos.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Darei um aparte rapidamente ao meu colega Scarpellini, que pediu ao Deputado Rafael, mas não deu mais tempo, tempo que já havia esgotado.

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Agradeço o aparte de colaboração à sua oração e quero somar-me ao Deputado Rafael Greca, que fez essa

manifestação veemente em defesa de Santa Rita de Cássia.

Quero pedir socorro ao Santo Expedito das causas perdidas, para que proteja o Governador Roberto Requião, para que ele realmente possa acabar com o pedágio e que ele possa dar luzes, aqui na Assembléia, para que possamos ter debates elevados.

Fico feliz que o Deputado Greca esteja vinculado à Santa Rita de Cássia, porque aquela romaria que foi lá no domingo é bem melhor do que a que vimos em São Paulo, no domingo, também, naquela manifestação tão grande. Fico mais feliz assim.

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Vejo com preocupação, porque às vezes cria-se uma cortina de fumaça para encobrir os fatos que são primordiais e que estamos trazendo à discussão na tarde de hoje, nesta Casa. Temos que respeitar a questão da religiosidade, a fé que cada um professa. Mas eu, mais uma vez, volto a insistir, aqui, como filho de uma devota e nascido em uma cidade que tem o nome de Santa Rita, que não é função do governo e isso fere a questão da probidade administrativa, com certeza, gastar recursos públicos para fazer a promoção seja lá de que santo for. Não é esse o objetivo, o escopo de um governo que se diz democrático, acima do seu tempo e que tem uma opção preferencial pelos pobres.

Tudo isso, Deputado Rossoni, serviu apenas para encobrirmos a questão inicial que foi levantada à discussão na tarde de hoje, porque o Governador ou a Fundação COPEL ou a COPEL ou qualquer órgão do Governo, não respondem o requerimento que a Oposição desta Casa fez há mais de dois meses, para saber quanto perdeu o Paraná, no “mico” do Banco Santos.

É uma questão que estamos cansados de repetir, pedir, e até agora o Governo não respondeu, um governo que se diz tão defensor do público, em detrimento do privado. Como é que pode ter autorização através de um fax, aqui, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é especialista nessa questão de cruzamento de investigação, quando fez um belo trabalho na CPI do BANESTADO, que foi citado há pouco pelo Deputado Anibelli, que são esses cinquenta milhões de reais que vamos ter que pagar pelos próximos vinte anos? Mas, vejo que essa questão da Fundação COPEL é tão grave quanto essa do BANESTADO, porque estão tentando encobrir, não respondem, e o Banco Santos, um banco de quinta categoria, segundo o próprio Banco Central, que não estava listado no ranking como um banco correto para ser investido um recurso desse montante - que nós até agora não sabemos quanto - e acabou abocanhando esses recursos e o Paraná vai perder novamente? Ninguém fala nada disso!

Obrigado pelo aparte, Deputado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço ao Deputado Barbosa!

Na verdade, a Oposição está colaborando com todos aqueles que, desejosos de apartes, não tiveram aparte dos outros oradores.

Concedo um aparte ao Deputado Líder do PSDB, Ademar Traiano.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de contraditar a Deputada Elza, que da tribuna da Situação afirmava de forma veemente que este governo tem gasto muito pouco em publicidade, Deputado Valdir Rossoni. Dizia a Deputada Elza que no ano passado, em 2004, o Governo do Paraná investiu apenas 34 milhões de reais em publicidade.

Parece-me, Deputada Elza, e não quero lhe contrariar, quero crer que a informação de V. Exa. não é verdadeira e talvez estejam lhe passando uma informação que não reflete a expressão da verdade. Mas, em ofício encaminhado a esta Casa pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, respondendo requerimento da Oposição, informa que no ano de 2004 apenas um edital para publicidade chegou à casa de setenta milhões de reais. Apenas um edital!

Portanto, este Governo está investindo um valor assombroso em publicidade, divulgando obras que nem sequer começaram! Tenho andado pelo Paraná e vejo aí out-door em todo o Estado: um bilhão de reais para isso, oitocentos milhões para aquilo, treze hospitais regionais no Paraná. Nenhum começou ainda, e não há licitação para essas obras!

E para concluir, quero ainda dizer que talvez esses setenta milhões que o Governo lançou o edital no ano passado, está servindo para a publicação de um comercial importante, que aliás copiou do Governo Jaime Lerner. Quero crer que tem participação do Deputado Rafael Greca, porque o borracheiro parece-me, no comercial, ser o mesmo daquele comercial que diz: daqui a uns dias as estradas vão ficar lisinhas, lisinhas...

Tenho visto isso na televisão e o Rafael Greca tem dado uma contribuição muito importante para este Governo do Paraná.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Na verdade, até deveria passar essa informação na semana que vem, na Comissão de Fiscalização e Controle.

Requisitamos da Fundação COPEL quando a Fundação considerava perdida em relação à aplicação no Banco Santos e a Fundação nos respondeu que para considerar perdida, efetivamente, 36 milhões de reais, é preciso que haja a liquidação do Banco Santos, através do Banco Central. Mas, como já houve a intervenção, certamente esses 36 funcionários da COPEL já podem contar como perdidos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado pelo aparte!

Também fizemos esse requerimento e estamos aguardando informações.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (**Sem Partido**)

Deputado Barbosa Neto, os pedidos de informações, não se preocupe! Esses pedidos de informações que não estão sendo respondidos, tenho absoluta certeza e convicção que serão respondidos. Sabe quando? Nas eleições do ano que vem! Eu não tenho dúvida! No silêncio inquietante do povo neste momento,

não só no Paraná, mas no Brasil, também.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte, Deputado Luiz Carlos Martins.

Até para restabelecermos aqui que em nenhum momento alguém criticou a Santa, jamais alguém teria essa posição aqui. A defesa do Deputado Rafael Greca, nós já conhecemos. Ele defendeu este livreto aqui com muita propriedade, como ele defendeu no tempo do Governo Jaime Lerner, quando foi Secretário de Comunicação, a questão do pedágio, a questão das propagandas do governo. Sabe o que mais me enoja nesta Casa? Vou dizer aqui: pessoas que foram Secretários do Jaime Lerner não terem posições de defender o que fizeram! Eu nunca governei este Estado, nunca fui do setor executivo, mas sempre tive lado!

Hoje faço oposição e por isso espero que a Deputada Elza compreenda que a Oposição está no seu papel, de dizer que não se sinta diminuída porque o Presidente lhe cortou a palavra, porque é regimental, e por essa razão sai em defesa do Presidente.

Agora, podemos marcar aqui, e então, Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento, dentro do Regimento, estão fazendo uso do Grande Expediente de uma forma errada. Pedi para todos os Deputados de Oposição, e estou pedindo agora, Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto, Scarpellini, todos se inscreverem no Grande Expediente, porque até o final do ano serão preenchidos os Grandes Expedientes, porque a Oposição, até este momento, nunca teve o Grande Expediente!

Essa é uma forma de não deixar a Oposição falar! E quem não tem argumento para defender o seu governo, parte para a agressão, essa é a grande verdade! A melhor coisa em um Parlamento é o debate, mas o debate em cima das questões reais!

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos 54 segundos além dos dez minutos que pertenciam a esta Liderança.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Indicação nº 024/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando ao Poder Executivo a contratação de três mil policiais militares para comporem o efetivo do Quadro da Polícia Militar do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco), de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1630, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, requerendo a diminuição de interstício para realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Está constando na Ordem do Dia, Sr. Presidente, no item 02 - Redação Final do Projeto de Lei nº 111/2005. Na verdade, esse projeto teve uma emenda no dia de ontem, que inclusive está na CCJ hoje.

Então, gostaria apenas que fosse esclarecido, porque parece-me que esse projeto tem que ser retirado da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Tadeu Veneri, conforme a assessoria da Mesa nos coloca, houve um erro de digitação e o projeto que está indo hoje é o Projeto nº 011/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, em substituição ao projeto que consta no item 02 da pauta.

Então, vamos colocar o item 02, mas ao invés do Projeto 111, será o Projeto 011, de autoria do Deputado Elio Rusch.

No momento adequado iríamos fazer este esclarecimento.

O SR. TADEU VENERI (PT)  
Obrigado, Sr. Presidente.  
Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Inclusive está publicada a redação final desse projeto na pauta da Ordem do Dia de V. Exa. O que houve foi só uma falha de digitação no item 02.

O SR. TADEU VENERI (PT)  
Sr. Presidente, está como redação final, mas como o senhor já esclareceu, foi retirado porque havia uma emenda da CCJ, que deverá vir apreciada na próxima Sessão Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Quando chegarmos ao item 02, na verdade votaremos a redação final do Projeto de Lei nº 011/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, em substituição ao projeto...

(Vozes paralelas)

## ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o Programa Bolsa-Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 333/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o auxílio financeiro em forma de bolsa-esporte para beneficiar atletas de alto rendimento que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública privada do Estado, visando a realização de projetos esportivos.

Art. 2º São condições essenciais para receber o auxílio:

I - apresentar um projeto específico da modalidade esportiva coletiva ou individual, juntando documentação, especificando as competições, participações em eventos

esportivos ou campeonatos que estejam incluídos no calendário anual das federações ou entidades equivalentes;

II - ter entre 08 (oito) e 23 (vinte e três) anos de idade, salvo os casos de atletas portadores de deficiência que poderão receber a referida bolsa sem limite de idade, bem como em algumas modalidades esportivas que convêm admissão de atletas com idade inferior ou a maior, conforme a ser regulamentado;

III - aquiescência dos responsáveis pelos menores beneficiados;

IV - ser residente e domiciliado no Estado do Paraná durante o período que gerou a inclusão no projeto, bem como durante toda a vigência da bolsa;

V - realizar, em contrapartida social, no mínimo 8 (oito) horas/mês, na participação ou realização direta de cursos, oficinas, palestras ou atividades comunitárias com escolas da rede pública estadual de ensino, a ser definido em regulamentação própria.

Art. 3º Serão beneficiados os seguintes atletas:

I - modalidade individual: aqueles que estiverem comprovadamente classificados até o 8º (oitavo) lugar no ranking estadual, seguindo a ordem decrescente de cada modalidade e dando preferência aos integrantes da seleção brasileira;

II - modalidade coletiva: aqueles integrantes de seleção estadual, que tenham participado de competições nacionais, indicados pela federação correspondente, dando preferência aos integrantes da seleção brasileira.

Art. 4º Serão observados, ainda, os seguintes critérios para a concessão do benefício:

I - ter rendimento escolar aceitável e conduta disciplinar incensuráveis, comprovados através de boletim escolar ou outro documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, exceto quando se tratar de atletas que tenham concluído, pelo menos, curso de nível médio ou sejam atletas portadores de deficiência, casos em que esta comprovação é dispensada;

II - possuir nível técnico, comprovado através da entidade estadual de administração do desporto da modalidade correspondente, com indicação do ranking nacional, estadual ou regional respectivo;

III - participar, obrigatoriamente, da entrevista com os coordenadores do programa governamental correspondente;

IV - comprometer-se a representar o Estado do Paraná nas competições oficiais e eventos esportivos por ele promovidos ou patrocinados, na sua modalidade e categoria esportiva, sempre que convocado;

V - não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por tribunais de justiça desportiva, federação e/ou confederação das modalidades correspondentes;

VI - apresentar currículo com os resultados obtidos nos 03 (três) últimos anos, juntamente com o programa e calendário anual;

VII - estar filiado à entidade estadual de administração do desporto da modalidade de sua atuação.

§ 1º A concessão do auxílio, em forma de bolsa esporte é eventual, temporária, e perdurará enquanto o beneficiário estiver atendendo às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

§ 2º A modalidade esportiva que possuir mais de uma entidade representativa terá critérios de avaliação analisados pela comissão responsável pela elaboração e execução do programa correspondente.

§ 3º O atleta cederá os direitos de imagem ao Estado do Paraná, e usará, obrigatoriamente, em seu uniforme, a sua logomarca.

Art. 5º O Poder Executivo constituirá uma comissão, denominada Comissão de Profissionais, que terá a função de aprovar os projetos apresentados e selecionar os atletas beneficiados, e que será composta de 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, sendo:

I - um representante titular e um suplente, representando a área de esportes do Governo do Estado, a ser indicado pelo responsável do órgão competente;

II - um representante titular e um suplente, representando a área educacional do Governo do Estado, a ser indicado pelo responsável do órgão competente;

III - um representante titular e um suplente, representando as entidades estaduais de administração do desporto no Estado do Paraná (federações), indicado em comum acordo por seus representantes, devendo o titular ser representante de entidade de desporto coletivo e o suplente de entidade de desporto individual, ou vice-versa.

§ 1º Os representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A função de membro da comissão é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º O número de unidades de bolsas a serem concedidas concomitantemente, bem como o valor mensal unitário será fixado pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único. Da quantidade de bolsas previstas serão destinadas, no mínimo, 10% (dez por cento) ao desporto paraolímpico contemplando todos os seus segmentos.

Art. 7º As bolsas-esporte ora instituídas terão a duração de 12 (doze) meses, renováveis por igual período, a critério da comissão prevista no artigo 5º desta lei.

Art. 8º Os projetos aprovados pela Comissão de Profissionais, prevista no artigo 5º desta lei, serão objeto de concessão de bolsa-esporte pelo órgão competente da área esportiva do Governo do Estado, a ser devidamente regulamentado, com assinatura dos candidatos, mediante termo de adesão.

Parágrafo Único. As modalidades esportivas amparadas para a concessão da bolsa esporte serão estabelecidas em regulamentação desta lei.

Art. 9º O valor da bolsa-esporte recebido pelo atleta beneficiado somente poderá ser utilizado para

cobrir gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo, conforme a ser apresentado no plano de trabalho.

Art. 10. Os atletas bolsistas prestarão contas, inclusive relatórios técnicos, mensalmente, ao órgão gestor, que submete-los-á à Comissão de Profissionais prevista no artigo 5º desta lei, na forma a ser regulamentada, sem prejuízo da fiscalização ordinária dos recursos públicos.

Art. 11. Perderá o direito à bolsa-esporte o atleta que:

I - não apresentar documentação comprovando as suas participações nas competições previstas no projeto a que se refere o artigo 2º, inciso I, desta lei;

II - quando convocado, não participar das competições sem justificativa convincente;

III - transferir-se para outro Estado ou País;

IV - utilizar os recursos da bolsa-esporte para fins não especificados no artigo 9º desta lei;

V - for dispensado de seleções representativas do Paraná ou nacionais por indisciplina;

VI - deixar de cumprir quaisquer das condições exigidas pelo artigo 4º desta lei.

Art. 12. É vedada a concessão simultânea de mais de uma bolsa-esporte a um mesmo atleta.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação 27811012.314 - da Lei Orçamentária nº 14.275 de 29.12.2003.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.05.2005

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 011/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra ao Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário) na sede municipal de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 011/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a integrar ao Sistema Rodoviário do Estado, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário), no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.05.2005.

(a) CESAR SELEME  
Presidente e Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2005, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 677/2005, que dispõe sobre a publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação o substitutivo. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a não incidência do ICMS sobre energia elétrica não consumida e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ ÀS EMENDAS.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 006/2005  
EMENDAS DE PLÊNARIO

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre a energia elétrica não consumida e dá outras providências.

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto recebeu duas emendas de plenário.

#### Fundamentação

O projeto dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida.

O Estado do Paraná tributa com o ICMS os contratos de demanda reservada de potência. Todavia, o Estado não pode tributar a energia que não foi consumida ainda que pelo contrato tenha sido colocada à disposição do consumidor.

Com efeito, para que possa ocorrer a incidência do imposto, a energia deve ser efetivamente consumida, a mera formalização desse tipo de contrato de compra ou fornecimento futuro de energia elétrica não caracteriza circulação de mercadoria, vez que se trata de mera garantia de fornecimento, pelo que, o imposto somente pode incidir quando a energia for concretamente fornecida e

utilizada, devendo o valor do imposto ser calculado com base no consumo apurado.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é mansa e pacífica quanto à matéria, não havendo divergência, destacando-se o seguinte precedente:

*RESP 343952/MG;*

*RECURSO ESPECIAL 2001/0101815-4*

*Relator (a) Ministra ELIANA CALMON*

*Órgão Julgado - SEGUNDA TURMA*

*Data do Julgamento 05.02.2002*

*Data da Publicação/Fonte DJ 17.06.2002 p.244*

*TRIBUTÁRIO - ICMS - ENERGIA ELÉTRICA: DEMANDA RESERVADA - FATO GERADOR ARTIGO 161, II, DO CTN).*

*1. A aquisição de energia elétrica para reserva, formalizada por contrato, não induz à transferência do bem adquirido, porque não se dá a tradição.*

*2. Somente com a saída do bem adquirido do estabelecimento produtor e o ingresso no estabelecimento adquirente é que ocorre o fato gerador do ICMS (artigo 19 Convênio 66/88) e artigo 166, II, do CTN.*

*3. Recurso especial provido."*

Do voto da Ministra Relatora Eliana Calmon, extraem-se os seguintes fundamentos, que encerram qualquer debate sobre o tema:

*"Na espécie, a empresa compradora ora recorrente, não recebe a energia reservada. Apenas paga para mantê-la reservada.*

*Como o ICMS só incide sobre a mercadoria transferida, naturalmente que não incide imposto sobre o que não circulou e não se transferiu.*

*Lembro por oportuno, e a propósito do voto do Ministro Milton Luiz Pereira, que o Direito Brasileiro, o contrato não tem a força suficiente para transferir a propriedade, o que só ocorre com a tradição para os bens móveis, e a transcrição para os bens imóveis.*

*Na Reserva de Demanda não ocorre a tradição de energia e, como tal, não há que se falar em ICMS".*

As emendas de plenário apresentadas tratam a matéria como caso de isenção do ICMS.

Há que se destacar que o projeto não visa isentar o pagamento de ICMS devido pelas empresas, mas proibir o Estado de cobrar o ICMS quando não houver a efetiva circulação de mercadoria, fato gerador do imposto.

Portanto, não há que se falar em perda de receita ou em isenção do imposto, tendo em vista que o Estado está a tributar indevidamente seus contribuintes, pelo que na espécie trata-se de hipótese de não incidência do ICMS.

Não incide o ICMS nos contratos de reserva de energia, tendo as altas Cortes do País julgado reiteradamente neste sentido.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 155, II, os Estados poderão instituir Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria Sobre Prestações

de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Desta forma, tem-se que a hipótese de incidência do ICMS é a efetiva circulação da mercadoria e/ou serviço, sendo transferida a propriedade do produto ou serviço de um contratante para o outro. O ICMS deve incidir sobre a energia elétrica efetivamente consumida e não sobre o contrato de reserva de energia.

Simplificando: é como se o consumidor fosse a uma loja e reservasse para compra dez calças (contrato de reserva), mas na hora de efetivar a compra, o consumidor comprasse apenas sete calças. A circulação de mercadoria ocorreu efetivamente sobre as sete calças, mas em função do contrato de reserva anteriormente efetivado entre as partes, o Estado do Paraná cobra o imposto sobre as dez calças reservadas e não apenas sobre as sete calças que efetivamente foram compradas. Neste caso, está o Estado a cobrar indevidamente o ICMS sobre três calças, vez que estas não foram vendidas e, portanto, não circulam no mercado nem econômico, nem juridicamente, vez que não houve mudança de proprietário, não havendo fato gerador do ICMS.

Pelo texto da Constituição Federal, o Estado não pode cobrar o ICMS sobre as três calças que não circularam econômica nem juridicamente pelo mercado, não ocorrendo sobre estas o fato gerador do imposto.

Desta forma, ao se proibir o Estado de cobrar o ICMS sobre mercadorias que não circularam, não se está tratando de caso de isenção de imposto e sim de não incidência do imposto. A isenção ocorre quando o imposto é devido e o Estado por liberalidade, deixa de cobrar o imposto do contribuinte. No caso da não incidência, o imposto não é devido porque não ocorreu o fato gerador.

O projeto de lei trata de matéria de não incidência do ICMS e não de isenção, motivo pelo qual as emendas de plenário não podem ser acatadas porque se encontram em desacordo com a matéria tratada, vez que não houve isenção ou redução da carga tributária, mas apenas a correção de uma grave distorção da política fazendária do Estado, que estava cobrando o ICMS sem a efetiva ocorrência do fato gerador.

Com efeito, não há que se falar em demonstração contábil do repasse da redução da carga tributária para o consumidor como exigem as Emendas de Plenário nºs 01 e 02, vez que o contribuinte, seja ele consumidor final ou não, nada mudará, ele continuará pagando a mesma alíquota de ICMS sobre a energia efetivamente consumida, sem qualquer benesse fiscal.

### Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à regular tramitação de ambas as emendas.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Ailton Araújo, Ratinho Júnior, Luiz Carlos Martins e Delegado Bradock.

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer à Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável a este meu projeto de lei que dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida.

Eu quero lembrar que o Governador Requião, que se notabilizou por dar isenção de ICMS para 112 mil 357 pequenas e médias empresas, precisa aderir a essa causa que já é jurisprudência no Supremo Tribunal Federal.

(Lê):

*No caso da energia elétrica, só há circulação jurídica de mercadoria quando esta efetivamente é transferida ao consumidor; ou seja, quando efetivamente há transferência de titularidade da mercadoria do produtor/distribuidor da energia para o consumidor; o que, em termos práticos, equivale à energia elétrica passar através do relógio de medição de consumo instalado em cada imóvel, e não simplesmente circular pela rede elétrica existente à frente do mesmo imóvel.*

*Para o Direito Tributário é irrelevante que na rede elétrica das vias públicas circule energia elétrica, pois esta circulando é apenas física e não jurídica. Somente quando a energia sai da rede, passa no relógio de medição e ingressa no imóvel do consumidor é que se dá o negócio jurídico circulação a que se refere a Constituição Federal em seu artigo 155, inciso II.*

*Assim o ICMS incide apenas sobre o total da energia elétrica consumida pelo cliente da concessionária e não sobre o montante de energia elétrica produzida e posta à disposição dos consumidores. Eventuais excessos de produção não podem ser taxados com o ICMS, pois esta hipótese não está albergada na lei*

*No caso da “demanda de potência” ou “reserva de potência”, o consumidor paga à concessionária uma certa quantia para ter à sua disposição uma determinada quantidade de energia, que poderá ou não ser consumida no decurso do mês. A concessionária cobra pela reserva da energia, pouco importando se a mesma será consumida ou não. Assim, no caso da “demanda de potência” ou “reservada de potência” não existe circulação de mercadoria (pois a energia elétrica não muda de dono) de sorte que sobre os valores cobrados a este título não poderia incidir ICMS. Neste diapasão adverte Marciano Seabra de Godoi e Luciana Goulart Ferreira Saliba<sup>1</sup>, verbis:*

*“No caso em exame, o proceder que gera a incidência do ICMS é a realização da circulação da mercadoria “energia elétrica”, e não a colocação.*

Quero agradecer à preciosa metáfora do Deputado José Maria Ferreira no seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça que nos ajuda a entender isso. Ele disse:

1. “Inconstitucionalidade e Ilegalidade da Exigência do ICMS sobre a “Demanda Reservada de Potência”. Revista Dialética de Direito Tributário nº 63, pág. 128/135.

“é como se o consumidor fosse a uma loja e fizesse um contrato de reserva de dez calças, mas na hora de efetivar a compra o consumidor comprasse apenas sete calças. O ICMS ocorreu efetivamente sobre três calças, não sobre dez calças reservadas. Nesse caso está o Estado a cobrar indevidamente o ICMS sobre três calças, se cobrar sobre as dez, se cobrar sobre a reserva, uma vez que elas não foram vendidas. Não foram consumidas, não circularam no mercado nem econômica nem judicialmente. Só há circulação de mercadoria quando há mudança de proprietário. Aí, sim, há fato gerador de ICMS. A COPEL não pode ilicitamente cobrar ICMS de energia reservada. Só pode cobrar de energia consumida.

Lembro que sobre isso há um parecer do ano 2000 do Supremo Tribunal de Justiça publicado no Diário de Justiça da União de 15 de Maio de 2000, que passarei a ler *ad litteram*, ou seja, passarei a ler como os senhores juízes do Supremo escreveram:”

(Lê):

“O valor da operação, que é a base de cálculo lógica e típica no ICMS, como era no regime de ICM, terá de consistir, na hipótese de energia elétrica, no valor da operação de que decorrer a entrega do produto ao consumidor (Gilberto Ulhôa Canto).

O ICMS deve incidir sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, isto é, a que for entregue ao consumidor, a que tenha saído da linha de transmissão e entrado no estabelecimento da empresa.

O ICMS não é imposto incidente sobre tráfico jurídico, não sendo cobrado, por não haver incidência, pelo fato de celebração de contratos. Não há hipótese de incidência do ICMS sobre o valor do contrato referente a garantir demanda reservada de potência.

A só formalização desse tipo de contrato de compra ou fornecimento futuro de energia elétrica não caracteriza circulação de mercadoria.” A garantia de potência de demanda no caso de energia elétrica, reservar a eletricidade para uma fábrica - por exemplo, a sua fábrica, Deputado Rossoni, não é fato gerador de ICMS, mas hoje, a sua fábrica para ICMS sobre energia reservada.

Então, eu estou a propor e peço aos Srs. Deputados e tenho certeza que teria a sanção do Governador Requião, que acabe o imposto virtual sobre a eletricidade reservada no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, quero não apenas encaminhar favoráveis ao projeto de autoria do Deputado Rafael Greca, mas cumprimentá-lo pela brilhante iniciativa. Certamente o Deputado Rafael Greca, no seu pronunciamento, falou que cobrar impostos sobre questões virtuais, é injusto e nós, por entendermos da mesma forma do autor, pedimos aos Deputados de Oposição que se somem ao Deputado Rafael Greca e votem favorável a esse projeto. São iniciativas como esta que enaltecem este Parlamento.

Por esta razão, Sr. Presidente, para encerrar o meu encaminhamento ao pedir aos Deputados de Oposição que votem favoráveis à iniciativa do Deputado Rafael Greca, quero cumprimentar o Deputado Barbosa Neto porque hoje à tarde nós teremos uma reunião com o Governador sobre o aumento dos professores da Universidades e o primeiro Deputado a levantar esta bandeira nesta Casa foi Barbosa Neto e por esta razão, duas brilhantes iniciativas, uma do Deputado Rafael e outra do Deputado Barbosa, hoje nós estamos cumprindo o papel que a sociedade espera dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra, para discutir, ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto em discussão não desonera nada, ele não isenta, como encaminhou para cá a Procuradoria e a própria COPEL. Ele impede, sim, que continuemos a efetuar uma cobrança indevida em cima do nosso consumidor.

É por esta razão que o projeto deve ser aprovado. Eu sei que isso aí retira do Estado, um milhão e trezentos mil reais por mês, mas está retirando do Estado a cobrança indevida que está ameaçando sobre o bolso do contribuinte. O Estado tem que cobrar o que lhe é devido. Não adianta nada fazermos o discurso da carga tributária, do excesso de cobrança de impostos, se na hora que temos que efetivamente trazer a carga tributária para a sua devida taxa, nós permitimos a cobrança de um imposto que é indevido.

Tive o privilégio de votar favorável ao projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de ser o relator, na Comissão de Finanças, mostrando que o projeto vai fazer justiça a quem hoje está sendo injustiçado. Não é de agora, do Governo Roberto Requião. É de há muito tempo e já vem sendo cobrado indevidamente o tributo porque nós não temos condições de gerar tributo sobre base virtual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Para Encaminhar**)

Ouvi as colocações do Deputado José Maria Ferreira, quando ele diz que um milhão e trezentos mil reais serão retirados do Estado por mês.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Deixados de cobrar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSD)

Deixados de cobrar ou retirados foi a palavra que o senhor disse.

Então, Sr. Presidente se vamos retirar do Estado um milhão e trezentos mil por mês, é porque o Estado está retirando da população de maneira indevida um objeto que ele não vende, mas que cobra e tributa!

Eu parabenizo aqui o autor do projeto. A Assembléia realmente só tem a ganhar. E inclusive parabenizar aqui o Deputado que fez essa propositura e o Deputado Barbosa Neto, que também tem aqui um projeto seu que vai ser votado e discutido hoje. Uma idéia sua com relação aos professores, isso é muito importante para o Paraná.

Está de parabéns esse Deputado que tem demonstrado uma maturidade muito grande, nos temos pertinentes a Londrina e região, questão de segurança, questão comunitária daquela grande e progressiva cidade do Norte do Paraná.

Portanto, não temos outras palavras a não ser parabenizar as duas iniciativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto, ressalvada as emendas.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Nós gostaríamos, neste momento, de demonstrar aqui que vivemos numa Casa democrática e que a Oposição não pode ser feita de forma irresponsável. Nós temos frisado a nossa participação como Deputados independentes, ou em alguns momentos como Deputados de Oposição, votando a favor do Governo quando ele merece, e votando contrariamente quando nós honestamente entendemos que não merece o nosso apoio e o nosso voto.

Seguindo aqui as palavras do Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, quero me somar a esse pronunciamento e dizer que estaremos, sim, apoiando, votando favoravelmente ao projeto que vai, com certeza, beneficiar o povo paranaense. Cumprimento o Deputado Rafael Greca de Macedo pela sua experiência, e acima de tudo, por essa felicidade de acertar ao encaminhar um projeto tão relevante à população do Paraná, como está fazendo na tarde de hoje.

Portanto, creio que terá também a nossa humilde parcela para ter o voto favorável na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação, a Emenda da CCJ. **Aprovada.**

Está em votação a Emenda de Plenário com parecer contrário da CCJ. Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. **Rejeitada.**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Só para justificar o voto, agradecendo aos Deputados da Oposição e de Situação, a compreensão do ele-

vado propósito de livrar a COPEL de cobrar um ICMS sobre energia que não é consumida.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAICTM E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvadas as emendas.

Para encaminhar, com a palavra a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, antes de iniciar a colocação do projeto, queria dizer ao colega Mauro Moraes, que não estava aqui ontem, que esta Deputada somou a outro Deputado, pedindo para retirar, para que V. Exa. estivesse aqui hoje, para defender o projeto.

Gostaria de dizer também que V. Exa. veio falar comigo hoje, dizendo que ontem eu “detonei” o seu projeto. Esta foi sua expressão. Não é verdade. Vários Deputados falaram em relação ao seu projeto e não apenas esta Deputada. E a palavra correta não é “detonar” o projeto, porque esta Casa não tem esta prática. Apenas emitimos nossa opinião com relação ao projeto. Foi o que foi feito ontem. Então, não é elegante esperar o colega chegar, ir lá, e jogar esta Deputada contra esse Parlamentar.

Isto não é bonito, não. Isto é muito feio.

O que eu coloquei ontem, entre outros Deputados, foi que me sentia constrangida - foram palavras desta Deputada - votar um projeto, fazermos uma lei, votarmos um projeto de lei para autorizarmos indústrias, empresas, restaurantes, enfim, doarem sobras de alimentos, quando na verdade esta deveria ser uma iniciativa de foro íntimo, de boa vontade, demonstração de solidariedade e que já é praticada amplamente por vários restaurantes, empresas, indústrias. Isso faz parte de um comportamento de solidariedade humana. Portanto, eu me sentia constrangida em votar uma lei para autorizar doação de sobras de alimentos.

Esta foi minha fala ontem, companheiro. E outros Deputados se posicionam na mesma direção e nós colocávamos que o Substitutivo Geral da Comissão de Justiça transforma esse projeto num programa de governo. Já não é mais seu projeto, companheiro. Já é uma outra coisa.

Então, foram questões levantadas ontem, e foi acompanhada essa minha preocupação por vários Deputados, que se manifestaram na sequência: que a Casa não poderia votar uma lei autorizando as pessoas a praticarem

um gesto de solidariedade. E pelo que vi no Substitutivo, toda aquela normatização vai burocratizar e dificultar muito mais esta iniciativa - hoje normal - naquelas pessoas que já praticam a caridade e solidariedade e gostam de dividir o que têm com as outras pessoas.

Esta foi minha posição. Continuo entendendo que não é um projeto. Poderia ser uma indicação à Vigilância Sanitária, e não a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se reunir, passar pela CCJ e aprovar uma lei para autorizar doação de sobras em restaurantes e similares.

Portanto, essa foi uma fala ontem, feita na sua ausência, que hoje repito na sua presença, porque não sou pessoa de falar uma coisa ontem e hoje outra. Reafirmo minha posição. Com todo carinho que tenho por V. Exa., entendendo a sua preocupação, como já fez outros projetos e nós conversamos, Mauro Moraes - como por exemplo doação de sangue, trocar por cesta básica; sempre conversei com V. Exa., que era contrária a esses projetos. Para isto não precisa de projeto. Pode ser uma indicação perfeitamente cabível, como instrumento de utilização dos Deputados, e não uma lei da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para autorizar a doação de sobras de alimentos, de empresas que industrializam, distribuem esses alimentos, inclusive restaurantes, etc.

Essa foi a minha fala, reafirmo esta fala neste momento, e acho que inclusive companheiros que assinam por algumas comissões falaram na mesma direção. É preciso esclarecer, Mauro, essa tentativa de querer jogar um colega contra o outro é absolutamente pífia, eu não faço esse jogo, não entro nesse jogo, embora muitas pessoas estejam querendo de repente me jogar contra um colega. Não faço parte desse jogo e coloquei aqui uma posição, acompanhada por diversos Deputados, e mantenho a posição, acho que se tem uma preocupação valerosa de V. Exa. que é a distribuição de alimentos para as pessoas mais pobres, acho que não precisa de lei, ninguém tem gesto de solidariedade, nenhum cidadão vai ter uma atitude de humanismo através de uma lei, porque isso é inerente à pessoa humana, ou ela é solidária ou não é, e para isso não precisa de lei. Então, encaminho contrariamente a votação desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Para encaminhar, Deputado Mauro Moraes.

**O SR. MAURO MORAES (PL)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Deputada Elza referiu que tem que ser um gesto espontâneo. Quero dizer à Deputada que hoje, enquanto o Governo busca alternativa com o Fome Zero, mais de 30% dos alimentos produzidos no Paraná e no Brasil são jogados fora, aproximadamente 160 milhões de alimentos são jogados no lixo. Essa quantidade desperdiçada alimentaria dez milhões de brasileiros. E isso consta nos dados da Organização para a Agricultura e Alimentação, entidade ligada à Organização das Nações Unidas. O

empresário prefere jogar fora a não assumir a responsabilidade de ter alimento estragado.

Então, a intenção da regulamentação é para que haja uma parceria entre a Secretaria de Ação Comunitária, juntamente com a Secretaria da Saúde, com a Vigilância Sanitária, para que o empresário não seja mais responsabilizado. O Estado vai ter a sua parcela de responsabilidade na entrega de alimentos, que não serão mais jogados no lixo e sim distribuídos a mais de dez milhões de pessoas que estão necessitando, e que só esta quantidade que é jogada no lixo poderia alimentar.

Enquanto o Governo faz uma campanha dizendo que quer fome zero no Brasil, vemos hoje 30% dos alimentos produzidos no Paraná e no Brasil sendo jogados fora pelos nossos empresários, por medo!

Com esta regulamentação, podem ter certeza e convicção de que eles, com parceria, com as duas Secretarias, o Governo assumindo a sua parcela de responsabilidade nesse caso, teríamos muito mais doações às entidades filantrópicas. Pode ter certeza que não se trata de caridade, e sim de preocupação dos empresários por não ter assistência da Secretaria da Saúde com a Vigilância Sanitária, ele prefere jogar no lixo do que correr o risco de doar e ser responsabilizado civil e penalmente.

Muito obrigado!

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Se tivéssemos que louvar a atitude generosa do Deputado Mauro Moraes, poderíamos fazer um discurso até para agradar o Deputado. Mas, esta Casa não pode se dar ao luxo e nem perder o tempo de discutir uma coisa tão inconstitucional e de interesse individual de cada empresa de fazer a sua caridade ou não.

Não podemos ordenar que uma empresa que tenha uma ponta de estoque tenha que ceder para outra pessoa.

Vou votar contra esse projeto. Ele passou por esta Casa e passará como uma nuvem passageira que com o tempo vai. Hoje, certamente, o tempo se encarregará de enterrar esse projeto, porque temos muito mais o que discutir aqui: orçamento do Estado, saúde, pública, transporte, segurança, educação e falar mais alto a voz da população do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Como já foi dito aqui, nada contra o Deputado Mauro Moraes, nosso amigo, e muito menos contra as intenções dele, que podem ser muito boas.

É humanamente impossível a Assembléia determinar que os restaurantes, bares e similares tenham que destinar o resto da comida por causa de uma lei da Assembléia. Não é função desta Casa e nem um ato legal.

Daqui a pouco distribuem comida estragada para as pessoas e vão querer responsabilizar a Assembléia Legislativa!

Quero pedir aos Deputados da base aliada para rejeitar esse projeto. Para que não seja mais um que o Governador tenha que vetar lá no seu gabinete por inconstitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Reitero as palavras do nosso Líder, Deputado Dobrandino. Não tenho despreço pela idéia generosa, simpática, extraordinariamente humanitária que move o Deputado Mauro Moraes.

Aliás, quando fui Prefeito de Curitiba, tínhamos um programa da Fundação de Ação Social chamado Refeições Solidárias. Iam buscar as sobras da alimentação para encaminhar a asilos, entidades assistenciais. Mas era feito com o aval dos proprietários, com a Vigilância Sanitária e com uma parceria muito cuidadosa.

O Deputado Mauro Moraes quis transferir a responsabilidade, no caso da doação de alimentos estragados, para o Estado. Ou quis revogar essa responsabilidade.

Lembro que lei estadual não transfere e nem revoga responsabilidade civil e penal. Há empresas, como o Grupo Sonae, por exemplo, que doam cinquenta toneladas de alimentos por mês, alimentos puros, novos, de embalagens lacradas para os mais pobres, sem que exista lei nenhuma para isso.

Se o que nos sobra falta na casa dos pobres, temos que ter a consciência de repartir. Mas não precisamos fazer uma lei estadual para isso.

Não estamos contra o Deputado Mauro Moraes no seu espírito humanitário, mas contra a idéia de uma lei estadual que transfira ou revogue responsabilidade civil e penal por alimentos estragados.

Felicitação ao Deputado Mauro Moraes pelo escopo humanitário do seu projeto, a visão de que não dá para aprovar um projeto de lei como esse, porque seria ridicularizar a Assembléia enquanto corpo formulador de leis.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

No dia de ontem tivemos a oportunidade de pedir ao Sr. Presidente que fosse retirado o projeto de Ordem do Dia para que o autor tivesse a oportunidade de defender o mérito do seu projeto, porque quanto à constitucionalidade, passou pela CCJ, a CCJ aprovou.

Quanto ao mérito, quero dizer que vou votar favorável, porque entendo a preocupação do Deputado Mauro Moraes. É uma preocupação humanitária que nós Deputados temos que entender a situação difícil da nossa população brasileira. É melhor errar aprovando um projeto como esse na sua constitucionalidade, do que não fazermos nada. Vamos votar com o Deputado Mauro Moraes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

Queiram sentar-se para que possamos fazer a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Rejeitado o projeto.

Esta Mesa pede desculpas e, realmente, estamos em processo de votação.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Está rejeitado o projeto: treze favoráveis e dezoito contrários.

Está **rejeitado** o projeto.

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que transfere o Município de Assaí para o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1608, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 489/2004.

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que institui no Estado do Paraná, o Dia Estadual dos Desbravadores. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2005, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2005, conforme Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Yomei Sasaki. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**Em votação.**

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: Bispo da Comunidade Budista Jodosil da América do Sul, Bispo Yomei Sasaki sempre se preocupou com o próximo, com as pessoas idosas. Há trinta anos ele vem se dedicando de corpo e alma às causas sociais e humanas.

Por ser de origem japonesa, o Sr. Yomei Sasaki foi por diversas vezes ao Japão, buscar recursos e construiu o Lar de Velhos de Maringá - o Agiuncay.

Trata-se de um herói anônimo e vem trabalhando incansavelmente em prol do próximo.

Por esse trabalho humanitário do Sr. Yomei Sasaki, julgamos merecedor do nosso respeito e admiração e, conseqüentemente, merecedor da honraria que estamos propondo.

Por esses e outros motivos, venho pedir aos nobres colegas, Deputados e Deputadas, o apoio à presente proposição. Gostaria de contar com vocês!

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente. O Deputado Luiz Nishimori apresenta um projeto de lei nesta Casa, propondo a concessão de um Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki. E na justificativa fica muito claro que se trata de uma pessoa de serviços relevantes, humanitários ao povo do nosso Estado e à colônia japonesa. E por isso mesmo vou votar favoravelmente, porque é exatamente para pessoas que tenham se destacado no nosso Estado que existe a previsão regimental da concessão dessa honraria.

Mas, o fato é que esta Casa infelizmente tem, de certa forma, desvalorizado esse tipo de homenagem, pelo número excessivo de homenagens que temos concedido, chegando ao ponto de pessoas homenageadas não terem mais nem interesse em receber a homenagem, por uma certa vulgaridade desse tipo de concessão. E o Deputado Cezar Silvestri, no mandato, apresentou uma emenda ao Regimento Interno desta Casa, dificultando a concessão do Título de Cidadão Honorário, exatamente para que houvesse um critério forte para conceder essa homenagem, a fim de que todos os homenageados ficassem efetivamente honrados em recebê-la, pelo povo do Paraná, aqui representado por seus Deputados. E foi colocado no Regimento Interno desta Casa que cada Partido, cada Bancada tem o direito de conceder apenas duas homenagens por ano, exatamente com o objetivo de diminuir os projetos de honraria.

Portanto, Sr. Presidente, quero enaltecer a idéia, o projeto do Deputado Luiz Nishimori, que aqui fez a justificativa e fiquei prestando atenção no trabalho de trinta anos dedicados pelo Sr. Yomei Sasaki e que efetivamente merece a honraria do povo do Paraná. E todas as homenagens desta Casa deveriam seguir este regulamento, a fim de que nós não tratássemos um prestígio, uma honraria tão singular de forma um tanto quanto vulgar.

Faço esse apelo para que os Deputados com assento neste Poder preocupem-se, como o Deputado Luiz Nishimori preocupou-se, em fazer uma proposta que tenha o valor em homenagear, para que o homenageado, ao entrar nesta Casa, sinta o prazer de receber o Título de Cidadão Honorário. Porque existem duas maneiras, Sr. Presidente, de um cidadão ou de uma cidadã se tornar filho de um Estado. A primeira, a mais lógica e natural, é

a pessoa nascendo neste Estado. E a segunda é se tornando filho do Estado através de uma lei aprovada por este Parlamento, que tem legitimidade para isso.

Então, Deputado Nishimori V. Exa. tem o nosso apoio, o nosso voto favorável e fica aqui o nosso apelo para que nós Deputados tenhamos critérios para o encaminhamento de homenagens a pessoas que tenham efetivamente o direito, a honra de serem homenageados como o Bispo Yomei Sasaki.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com grande satisfação que queremos nos manifestar a favor da propositura do Deputado Luiz Nishimori que propõe o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Bispo Budista Yomei Sasaki.

Yomei Sasaki, disse-me o Deputado Nishimori e já outras informações me tinham chegado, representa realmente um homem sério, devotado e dedicado às causas altamente humanitárias. Nascido em Kioto, no Japão, há trinta anos radicado numa luta na América Latina a favor do desenvolvimento social e cultural dos povos que aqui vivem.

Quero me pronunciar a favor do Título de Cidadão Honorário do Paraná, cumprimentar o Deputado Luiz Nishimori, assim como já cumprimentamos outros Deputados por iniciativas que realmente merecem o respeito da Assembléia do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Antes de iniciarmos o processo de votação esta Presidência gostaria de comunicar que teremos uma outra Sessão logo após o término desta.

Solicito ao 1º Secretário, Padre Paulo Campos que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Padre Paulo Campos) (Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados)**

Trinta e nove Srs. Deputados votaram.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Solicito aos Deputados Tadeu Veneri, Alexandre Curi e Duílio Genari, para que realizem o escrutínio.

Trinta e oito Srs. Deputados votaram SIM, um Sr. Deputado votou NÃO.

Está **aprovado** o Projeto de Lei nº 241/2005.

## **1ª Discussão**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 022/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a criação das Pousadas de Maria e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 022/2005

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada, de iniciativa do nobre Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a criação das Pousadas de Maria, e dá outras providências.

Nenhuma irregularidade relacionada com as matérias que regimentalmente devem ser apreciadas pela presente Comissão está presente na proposição, razão pela qual o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da proposição, viabilizando-se assim sua tramitação.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 022/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986.”

O projeto em tela autoriza o Poder Executivo a implantar casas de abrigo diário, destinadas a acolher mulheres vítimas pela violência doméstica, denominadas Pousadas de Maria. A proposição estabelece ainda as condições para ingresso e permanência das vitimadas nas referidas Pousadas de Maria.

De plano, verifica-se tratar-se de projeto autorizativo, portanto, com eficácia limitada e que destina-se precipuamente a alertar o Chefe do Executivo para a problemática, sugerindo solução. Por se tratar de proposição autorizativa, ficando a critério do gestor estadual a sua implementação ou não, dispensa-se a apresentação de fontes de receita bem como demonstrativos de despesas que impactarão no orçamento público estadual. Por ocasião da discussão e aprovação da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 e Proposta Orçamentária 2006, poderá ser ali inserida a diretriz, projeto/atividade ou programa e respectiva dotação orçamentária.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois estão presentes os requisitos materiais e formais de admissibilidade.

É no mesmo sentido o voto desta Comissão, pois, inegavelmente, o projeto é de elevado alcance social ao considerarmos os elevados índices de violência doméstica. O Governo Federal vem tomando importantes medidas para proteger as mulheres contra a violência doméstica que atinge esposas e filhas.

Em muitos municípios já existem casas abrigos e outras formas protetivas para as mulheres.

A sociedade brasileira e paranaense não pode silenciar frente a este grave dado, pois a violência doméstica está presente em todas as classes sociais e em famílias com todos os níveis sócio-culturais. A diferença fundamental é que as mulheres com melhores condições financeiras e melhor esclarecidas contam com as condições para se proteger e recomeçar suas vidas.

As mulheres com menor poder aquisitivo suportam a violência sem ter para onde ir e, progressivamente, vão se diminuindo como seres humanos dignos de higidez física e emocional.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 022/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Rafael Greca, dispõe sobre a criação das Pousadas de Maria e dá outras providências.

**Fundamentação**

É do conhecimento de toda a sociedade o alto índice de mulheres vitimadas pela violência doméstica.

A proposição em tela é de elevado alcance social, uma vez que este tipo de violência vem dia-a-dia crescendo em todas as classes sociais e atingindo, em muitos casos, não só as mulheres como também seus filhos (as), sendo que as famílias de menor poder aquisitivo, diante de tal situação, não têm sequer para onde ir.

Com tal medida busca-se, por um lado, dar proteção às pessoas vitimadas por esse tipo de violências, e, por outro, dar as condições mínimas para que essas mesmas vítimas possam recomeçar suas vidas com um mínimo de dignidade e decência.

Frise-se que o projeto em questão já tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças obtendo, por óbvio, pareceres favoráveis.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável ao projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 23.05.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA ADITIVA DA CCJ. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 183/2005

**P A R E C E R :****Histórico**

O Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dispõe sobre a dispensa do pagamento do ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional. Esta Casa de Leis tem competência para legislar sobre a matéria conforme o artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.”

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis.

**Da conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, acolhida a emenda do Deputado Delegado Bradock.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 183/2005

Acrescente-se dois artigos ao Projeto de Lei nº 183/2005, que dispõe sobre Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula, a saber:

“Art. 3º Todos os proprietários de veículos escolares, beneficiados por esta lei, serão obrigados a fornecer aos seus clientes desconto de 20% (vinte por cento), sobre o preço da tabela praticada, com reajuste somente uma vez por ano, com base na inflação anual anunciada pelo governo.

“§ 1º Todos os veículos deverão estar registrados no órgão competente para as devidas fiscalizações.

§ 2º Deverá constar escrito na lataria dos veículos:

I - exclusivo para transporte de alunos;

II - o telefone para reclamações;

III - o desconto de 20%.”

Art. 4º Os candidatos para esse tipo de benefício somente poderão adquirir um veículo, não podendo ter nenhum outro no seu nome.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 183/2005

**P A R E C E R :****Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dispõe sobre ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar.

**Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo, na forma de emenda aditiva. A preocupação principal do autor é atribuir os mesmos benefícios fiscais ao transporte escolar já concedidos aos taxistas.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**Discussão Única (Indicação)****ITEM 12**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 022/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que sugere ao Sr. Governador do Estado do Paraná, que seja procedida à chamada dos candidatos aprovados no concurso promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, para o cargo de agente penitenciário. **Aprovado. (Pub. no DA nº 047/2005, de 23/05/2005).**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para não passar em branco, queremos parabenizar o Deputado Ademir Bier que está completando hoje vinte e cinco anos de idade.

**(Aplausos)**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de alertar aos Srs. Deputados, gostaria de ter a atenção dos Srs. Deputados por um minuto apenas, porque em um entendimento com o Presidente da Assembleia ele disse que colocará na pauta da semana que vem o projeto de autoria deste Parlamentar, e de diversos outros Parlamentares, que regulamenta algumas questões quanto ao Tribunal de Contas.

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1586, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1589, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1607, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1609, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1610 e 1611, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1624, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1625, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1612 a 1623, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1626 e 1627, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1628 e 1629, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1631, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após esta, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 477/2004 e 265/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2005.

Levanta-se a Sessão.

## DIÁRIO Nº 052

## 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2005

(terça-feira)

### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Ademir Bier.

### Presenças:

Às dezoito horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Luiz Accorsi e Miltinho Pupio (04). Achando-se em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Waldir Leite (02).

### Abertura da Sessão:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Como é a primeira Sessão Extraordinária do ano, não há Ata a ser lida.

Quero esclarecer à imprensa que não há pagamento de jetons para Sessões Extraordinárias, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados eu estou usando a palavra neste momento, para registrar que hoje é o Dia Anti-Tabagismo, é o “Dia sem cigarro”.

Em 1987 nós fizemos aqui nesta Assembléia um projeto de lei que foi transformado em lei e que é uma das primeiras leis anti-tabagista do Brasil. Essa lei foi sancionada pelo governador Álvaro Dias. Recebeu o número 8852/88 e hoje nós vemos o efeito, não só desta lei, mas da conscientização que se deu em todo o Paraná e no Brasil, porque à época, juntamente com o Governador Álvaro Dias, nós fomos a Brasília e levamos ao Ministro Borges da Silveira, que era Ministro da Saúde e ao Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, um pedido e um apelo do Paraná, para que fosse colocado nos maços de cigarros no Brasil, a obrigatoriedade da advertência dos males que o tabagismo faz ao povo. Nós não tínhamos, nos maços de cigarro, nenhuma advertência e o Ministro Antonio Carlos Magalhães ainda nos disse que iria ajudar a levar adiante essa idéia, porque ele tinha um filho, o Luiz Eduardo, que fumava demais e que não conseguia para de fumar.

Infelizmente, não tivemos a felicidade de ver o deputado federal Luiz Eduardo Magalhães parar de fumar e veio a falecer de um infarto do miocárdio, em função do excesso de cigarro que fumou, mesmo na luta anti-tabagista do seu pai. Vemos hoje, nos maços de cigarro, em todo o Brasil as advertências que “o cigarro dá câncer”, “o cigarro causa infarto”, “o cigarro causa impotência sexual”. Então, talvez essa seja uma das causas que tenha ajudado a diminuir o tabagismo no Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos satisfeitos de termos sido o autor da proposição da lei, da iniciativa de se colocar nos maços de cigarro, aquela advertência.

Eram essas as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Sem Partido**)

Senhor Presidente, todos sabem que eu sou um fumante. É uma luta muito grande mas ainda vou vencer ou o cigarro vai me vencer. É uma luta muito grande.

Incrível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a impressão que dá é que a indústria tabagista, cada vez mais coloca agentes químicos no cigarro, para que você cada vez mais fique dependente dele.

Eu quero, neste momento, parabenizar o Governo Federal através do Ministério da Saúde, que, a partir de

agora vai começar a distribuir, nas Unidades de Saúde, a goma com nicotina e o adesivo também, para as pessoas que não podem adquirir. É uma excelente iniciativa do Governo Federal.

Parabéns.

## **Ordem do Dia:**

### **Discussão/Votação**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Redação Final**

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/2002. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 477/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Os limites de valor para importação concedidos por autorizações da Secretaria da Fazenda e revalidadas pela Lei nº 13.971, de 29 de dezembro de 2002, que não foram utilizadas pelas empresas autorizadas, por terem deixado de operar no regime, equivalente a 10.896.952,00 Unidade Padrão Fiscal (UPF), serão atribuídos a empresas que vierem a se estabelecer nos municípios de Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi, na proporção de até 10% por empresa, para as importações a serem realizadas através da estação Aduaneira Interior de Maringá, desde que iniciem as operações em até dois anos, a partir da publicação desta lei.

Art. 2º A inclusão de novas empresas no regime de que trata o artigo anterior deverá ser solicitada, mediante requerimento, à Secretaria de Estado da Fazenda, sendo, para o efeito do contribuinte, declarar a parcela do ICMS incremental, fornecida a Inscrição Auxiliar no Cadastro de Contribuinte do Estado.

Art. 3º Os estabelecimentos já autorizados, bem como aqueles que vierem a ser autorizados a operar no regime, ficam, automaticamente, enquadrados nos critérios da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, podendo as parcelas postergadas ou objeto de parcelamento, ser quitadas, total ou parcial, até os respectivos vencimentos e mediante requerimento ou contribuinte, com a utilização de crédito acumulado do ICMS, próprio ou recebido de

terceiros, na fórmula regulamentada pelo Poder Executivo, ou com precatórios vencidos do Estado do Paraná, inclusive adquiridos por cessão, cujo débito tributário, nesta hipótese, será previamente inscrito em dívida ativa para este exclusivo efeito.

Parágrafo Único. As modalidades de quitação previstas neste artigo aplicam-se, também, em relação à parcela a que se refere a letra “b”, do parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 14.363/2004, devendo as parcelas vincendas serem resolvidas em ordem cronológica crescente de vencimento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.05.2005.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 265/2005, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 677/2005, que dispõe sobre a publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 265/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Os atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão publicados em periódico próprio, ficando a cargo do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, a sua impressão, divulgação, distribuição, circulação e comercialização.

Parágrafo Único. A publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná terá periodicidade semanal, ficando a critério da instituição a respectiva alteração, através de ato próprio, sem prejuízo de edições extraordinárias.

Art. 2º Onde se lê “Diário Oficial do Estado” nos artigos 41, 43, 45 e 55, V, da Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, leia-se “no periódico próprio do Tribunal de Contas do Estado”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) CESAR SELEME  
Presidente e Relator

## 3ª Discussão

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a não

incidência do ICMS sobre energia elétrica não consumida e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. ÀS EMENDAS. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emendas. **Aprovadas.** Projeto. **Aprovado.**

## Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 01 de junho, à hora regimetal, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009/2004, 007 e 010/2005.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 183 e 241/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2001.

Levanta-se a Sessão.

## Publicações:

## Atas de Comissões

## Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata de última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Luiz Carlos Martins. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 268/2005 de autoria do Deputado Delegado Bradock. O Deputado Elton Carlos Welter solicita vista - CONCEDIDO pelo presidente; 02) Projeto de Lei nº 136/2005 de autoria do Deputado Ângelo

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Braddock e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata de última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Braddock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 78/2005 de autoria do Deputado Mauro Moraes.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

